



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **Diário da Sessão**

**V Legislatura**

**Número: 14**

**I Sessão Legislativa**

**Horta, Quarta-feira, 24 de Março de 1993**

**Presidente:** Deputado Madruga da Costa

**Secretários:** Deputados Manuel Brasil e Hélio Pombo

### **SUMÁRIO**

*Os trabalhos iniciaram-se às 15,00 horas.*

No Período de Antes da Ordem do Dia, foi referida a correspondência entrada na Mesa, bem como a leitura de alguns requerimentos presentes na Mesa.

Seguidamente foi lido um Voto de Protesto, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, visando o não pagamento por parte do Governo, de compromissos assumidos, responsabilizando assim o Executivo Regional pela degradação da situação financeira de algumas empresas da Região reflectindo-se, conseqüentemente, na economia regional. Note-se que este voto, embora tenha sido apresentado na Sessão anterior, a sua discussão transitou para este dia, a requerimento do PSD, nos termos do n.º3 do Artigo 91º.

Assim, usaram da palavra, os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*) , Jorge Cabral (*PSD*) Paulo Valadão (*PCP*), Fernando Lopes (*PS*), Victor Evaristo (*PSD*) e António Silveira (*PSD*).

O voto em apreço foi rejeitado por maioria.

Posteriormente, teve lugar a discussão e votação de outro voto, desta feita de Congratulação e Saudação, apresentado também pelo Grupo Parlamentar do PS, sobre o centenário do Jornal terceirense "A União", que tem desempenhado um papel relevante na defesa dos interesses da Ilha Terceira e da Região, bem como veículo da opinião pública daquela ilha.

Sobre este assunto usaram da palavra os seguintes Srs. Deputados:

Dionísio de Sousa (*PS*), Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*) e Jorge Cabral (*PSD*).

O voto em questão foi aprovado por unanimidade.

Em seguida, e ainda no Período de Antes da Ordem do Dia, passou-se ao tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante para a Região, em que intervieram, a diverso título, os seguintes Srs. Deputados: Carlos Silva (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Rogério Serpa (*PS*), José Humberto Chaves (*PS*), Gaspar Rosa (*PSD*), José Maria Bairos (*PSD*), Jorge Valadão (*PSD*), António Almeida (*PSD*), Manuel António Martins (*PS*), Fernando Fonte (*PS*), Rui Melo (*PSD*), Álvaro Manito (*PSD*), Manuel Amaral (*PSD*), António Silveira (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente, *Eugénio Leal*.

No Período da Ordem do Dia passou-se de imediato a uma Homenagem prestada à escritora açoriana recentemente falecida, Natália Correia. Intervieram sobre este assunto os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*), Martins Goulart (*PS*), Ana Gomes Silva (*PSD*) e ainda o Sr. Presidente do Governo, Mota Amaral, bem como o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Madruga da Costa.

O 2º ponto da ordem de trabalhos, tratava-se da leitura dos Relatórios das Comissões ao abrigo do Artigo 119º do Regimento da Assembleia, ponto este iniciado na Sessão anterior.

Assim, usaram da palavra apenas os relatores das respectivas Comissões. Ou seja, António Gomes (*PS*), relator da Comissão de Organização e Legislação; José Maria Bairos (*PSD*), relator da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais; Fátima Oliveira, (*PSD*) relatora da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais e finalmente, José Fernando Gomes, (*PSD*) relator da Comissão de Economia Finanças e Plano.

Posto isto, passou-se ao ponto n.º 5 da ordem de trabalhos - por acordo estabelecido entre os diversos grupos parlamentares - que se tratava do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão sobre "O Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre "Suspensão da Aplicabilidade do Artigo 2º do Decreto Legislativo Regional Nº 29/92/A, de 23 de Dezembro - Novo Regime da Hora Legal.

Sobre este assunto intervieram os Srs. Deputados Martins Goulart (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*) e Manuel Arruda (*PSD*).

Este Pedido de Urgência foi aprovado por unanimidade.

O ponto seguinte - Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão sobre a "Proposta de Resolução relativa à Expropriação de Terrenos Arrendados à Base das Lajes" - apresentado pelo CDS/PP, foi aprovado por unanimidade.

Usaram da palavra, sobre este assunto, os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro CDS/PP, Ricardo Barros (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*) e Jorge Valadão (*PSD*).

*Os trabalhos terminaram às 20,10 horas.*

**Presidente:** Srs. Deputados, boa tarde.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:*

**PSD** - *Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Silveira, António Almeida, Artur Martins, Carlos Silva, Gaspar da Rosa, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Valadão dos Santos, Homem de Gouveia, Manuel Amaral, Jorge Cabral, José Fernando Gomes, José Nunes, José Gonçalo Botelho, José Maria Bairos, José Aguiar, Manuel Arruda, Manuel Brasil, Carlos Morais, Fátima Oliveira, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; PS* - *António Silva Melo, António Gomes, Carlos Mendonça, Carlos César, Dionísio Sousa, Fernando Fonte, Fernando Menezes, Fernando Lopes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, Martins Goulart, Duarte Pires, Manuel António Martins, Manuel Serpa, Nélia*

*Figueiredo, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Rui Pedro Ávila; CDS - Alvarino Pinheiro; PCP - Paulo Valadão).*

**Presidente:** Estão presentes 50 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão.

Pode entrar o público.

Vamos dar início ao Período de Antes da Ordem do Dia com a leitura do expediente entrado na Mesa.

Do Ministério Público de P. Delgada, recebi um ofício em que é solicitado a presença do Sr. Deputado Manuel Arruda e do Sr. Deputado Fernando Rosa, para prestarem declarações como testemunhas em auto de inquérito que decorre naquele tribunal os seus trâmites.

Portanto, se não houver nenhuma objecção por parte da Assembleia, daria conhecimento ao Ministério Público da autorização do Plenário para o efeito.

Os Srs. Secretários farão o favor de anunciar a restante correspondência.

**Secretário** (*Manuel Brasil*): Dos Deputados Regionais do PS, Carlos César e Francisco Sousa, um requerimento do seguinte teor:

"A construção do Posto de Saúde da Ribeira Quente constitui uma necessidade desde há muito sentida pela população daquela freguesia piscatória do Concelho da Povoação, sendo sistematicamente apontada como essencial pelos órgãos autárquicos da freguesia, pela Câmara Municipal e pelos responsáveis do Centro de Saúde da Povoação.

À semelhança do que aconteceu anteriormente, o Plano da Região para 1992, previu, no seu Programa 7, destinado à "Construção de Postos de Saúde", uma verba de 15.000 contos afectada à construção do Posto de Saúde da Ribeira Quente.

Assim, os deputados abaixo-assinados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, requerem ao Governo Regional as seguintes informações:

a) Existe ou não projecto aprovado para aquela construção?

b) Quando pensa o Governo que se possa iniciar e concluir a construção do Posto de Saúde da Ribeira Quente?

Horta, Sala das Sessões, 23 de Março de 1993

**O Deputados Regionais, Carlos César e Francisco Sousa".**

- Ainda dos mesmos Srs. Deputados, um requerimento do seguinte teor:

"As Associações de Bombeiros Voluntários constituem-se como instituições de relevante e insubstituível serviço público, usufruindo, por essa razão, de apoios oficiais que se repercutem na qualidade do seu serviço prestado.

No concelho da Povoação compete à respectiva Associação de Bombeiros, sediada na Vila da Povoação, assegurar o serviço ambulatório, que se destina, assim, a um conjunto de cerca de 7 mil utentes e, ao serviço numa vasta área de cobertura de seis freguesias dispersas e separadas entre si por muitos quilómetros. Acresce, também, que, na esmagadora maioria dos casos de urgência que requerem o transporte de doentes, estes são geralmente conduzidos ao Hospital de Ponta Delgada, a 60 quilómetros da sede do concelho.

Por outro lado, é sabido que o concelho da Povoação é visitado e recebe em regime de permanência, particularmente nos meses de verão, muitos milhares de visitantes e turistas, constituindo-se, assim, sobretudo nessa época do ano, numa área de risco em acidentes e no recurso aos seus serviços de saúde.

A Associação de Bombeiros Voluntários da Povoação dispõe de uma única ambulância, observando-se, em consequência, situações frequentes em que aquele serviço não pode ser prestado.

- Considerando que aquela Associação já por várias vezes fez sentir ao Governo esta situação anómala;

- Considerando que o Governo Regional dispõe de verba para o efeito no Orçamento de 1992, designadamente através do Programa 43 do Plano da Região,

Os Deputados abaixo-assinados, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, requerem que o Governo Regional os informe sobre quando se encontra prevista a cedência ou aquisição de mais uma ambulância para o serviço daquela Associação de Bombeiros Voluntários no concelho da Povoação.

Horta, Sala das Sessões, 23 de Março de 1993

Os Deputados Regionais do PS, Carlos César e Francisco Sousa".

- Ainda dos Deputados Regionais do PS, Francisco Sousa e Carlos César, mais um requerimento do seguinte teor:

"Pelo Decreto Regulamentar Regional nº 39/92/A, de 26 de Setembro, foi criada na Vila da Povoação, para entrar em funcionamento no ano escolar de 1992-1993, a Escola Básica dos 2º e 3º ciclos (EB-2,3) de Maria Isabel Carmo Medeiros.

O Decreto acima referido preconiza no seu artigo 5º que "O pessoal pertencente ao Externato Maria Isabel Carmo Medeiros **transitará para um mapa de pessoal a elaborar**, desde que respeite o estabelecido nos Decretos-Leis nº 792/75 e 793/75, de 31 de Dezembro, com a redacção que lhes foi dada pelo Decreto-Lei nº 764/76, de 22 de Outubro, e demais legislação complementar", e que aquele mapa "**... será elaborado num prazo de 100 dias após a publicação deste diploma**".

Decorridos que são 177 (cento e setenta e sete) dias da data de publicação, os deputados abaixo-assinados requerem as seguintes informações:

**1** - Porque não foi publicado o mapa a que se refere o artigo 5º do Decreto Regulamentar Regional nº 39/92/A, de 26 de Setembro?

**2** - Desse mapa que pessoal constará? Todo o pessoal administrativo? Todo o pessoal auxiliar? Todo o pessoal docente?

No artigo 6º do citado diploma lê-se que "Nos 100 dias posteriores à publicação deste diploma **será criada** pela Direcção Regional de Orçamento e Contabilidade, sob proposta da Direcção Regional de Administração Escolar, **uma divisão orçamental** para esta escola dotada com as verbas necessárias ao seu funcionamento para 1993" e que "**... sairão da dotação prevista** para o ensino particular no orçamento da Direcção Regional de Orientação Pedagógica".

Assim sendo, requeremos ao Governo Regional que nos informe do seguinte:

**3** - Em que data foi criada a "divisão orçamental" para a Escola Básica dos 2º e 3º ciclos Maria Isabel Carmo Medeiros?

**4** - Por que razão o pessoal desta Escola não recebeu em Janeiro o respectivo vencimento?

É por todos reconhecido, pais, professores e alunos, que esta Escola tem carência de pessoal administrativo.

Pergunta-se:

**5** - Quando prevê o Governo criar as vagas de pessoal administrativo para esta Escola à semelhança do que já fez com o pessoal docente colocando a concurso

público em conjunto com as restantes Escolas Básicas do 2º e 3º ciclos e Secundárias para o ano lectivo de 1993-1994?

Durante o ano de 1992 foram escolhidos, pela Comissão constituída para o efeito, os terrenos para a implantação de um novo edificio escolar para a Povoação. Por outro lado consta que o Governo está a estudar igualmente a hipótese de ampliação do actual edificio arrendado pela Região Autónoma dos Açores à Fundação Maria Isabel Carmo Medeiros. Perante estes dois factos requeremos que o Governo nos informe:

**6** - O Governo já decidiu construir um edificio novo na Vila da Povoação para a Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos?

**7** - No caso de ter decidido não construir um novo edificio, irá proceder à ampliação do edificio que tem arrendado à Fundação Maria Isabel Carmo Medeiros, dado que a Escola está a funcionar em regime de desdobramento das 08H30 às 18H20 e das 19H30 às 22H45 com aulas ao sábado?

Horta, Sala das Sessões, 23 de Março de 1993

**Os Deputados Regionais, Francisco Sousa e Carlos César".**

- Do Deputado Regional do PCP um requerimento do seguinte teor:

""Exmo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores:

Até há pouco tempo a SATA praticava tarifas de grupo com desconto que iam até 25%.

Os Grupos Desportivos envolvidos em competições oficiais regionais, embora com passagens cobertas pela Direcção Regional de Educação Física e Desporto, usufruíam desses descontos de grupo praticados pela SATA.

Em carta dirigida a esta Representação Parlamentar a Associação de Futebol da Horta dá conhecimento de uma exposição que, sobre o assunto, dirigiu a Sua Excelência o Presidente do Governo Regional, na qual se refere que o desaparecimento do desconto de 25% cria um aumento de 36,25% nas tarifas e que, de acordo com o que está estabelecido, a DREFD só cobra o aumento normal das tarifas.

Esta questão suscita-nos no entanto e para além da legítima preocupação das Associações Desportivas, a questão de saber quais os fundamentos da decisão da SATA em pôr cobro às tarifas de grupo.

Naturalmente que a SATA se tem que reger por critérios empresariais, mas a aplicação, em condições pré-definidas de tarifários especiais, pode e deve ser encarado como um critério empresarial de uma empresa, que embora actuando sem concorrência, tem que ter como objectivo o aumento do seu tráfego.

Assim e ao abrigo das disposições Estatutárias e Regimentais aplicáveis, requeiro ao Governo Regional que me sejam fornecidas as informações seguintes:

1.º - O Governo Regional dos Açores, através da Secretaria da tutela, concorda com a abolição, pela SATA, das tarifas de grupo?

2.º - A Secretaria da tutela entende, que foi prática errada da SATA a existência, por tantos anos, de tarifas de grupo?

3.º - A Secretaria da tutela não pensa que a existência de tarifas de grupo, aplicáveis a grupos com interesse comum, sejam de natureza cultural, religiosa, desportiva ou turística, ou outros, pode fomentar a movimentação de cidadãos da Região entre as ilhas?

4.º - No que respeita às provas desportivas que ficam encarecidas com esta determinação da SATA, como pensa o Governo Regional remediar a situação, uma vez que, tudo o indica, as Associações não terão meios próprios para o fazer?

Sala das Sessões, 23 de Março de 1993

**O Deputado Regional do PCP, Paulo Valadão".**

**Secretário (Hélio Pombo):** Do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro do Centro Democrático Social/Partido Popular, está presente uma Proposta de Resolução sobre "A Expropriação de Terrenos Arrendados à Base das Lajes" e vem acompanhada de um Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

- Ainda do mesmo Sr. Deputado, uma Proposta de Resolução sobre "A Compensação Financeira a Atribuir às Câmaras Municipais", de acordo com o Decreto Legislativo Regional Nº 3/92/A, de 11 de Fevereiro, e que vem também com o carácter de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

- Dos Srs. Deputados do Partido Socialista, José Humberto Chaves, Nélia Figueiredo, António Silva Melo e Martins Goulart, com Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, um Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre "A Revogação dos Artigos 4º e 5º do Decreto Legislativo Regional Nº 19/87/A, de 28 de Novembro, sobre a Continuação da Aplicabilidade deste Decreto; para além da ilegalidade do mesmo, estes artigos põem em causa o normal funcionamento da Zona Franca de Stª. Maria.

**Presidente:** Srs. Deputados, feita a leitura da correspondência entrada na Mesa, passamos ao 2º ponto do Período de Antes da Ordem do Dia, destinado à apreciação de votos.

Para além do Voto de Protesto que ficou da Sessão de ontem, a requerimento do Partido Social Democrata, deu entrada na Mesa um Voto de Congratulação e Saudação, apresentado por Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Vamos primeiro continuar a discussão e votação sobre este Voto de Protesto que nos ficou da Sessão de ontem e que já foi apresentado.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma intervenção.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na óptica da Representação Parlamentar do CDS/Partido Popular, este Voto de Protesto apresentado pelo Partido Socialista não só merece a nossa concordância, como entendemos que é de pertinente oportunidade.

De resto, não se poderia imaginar que estando a Região a passar pela grave crise e inédita situação financeira que a todos afecta e que suscita compreensíveis preocupações, em todos os sectores da vida regional, dizia eu, não se poderia compreender que esta Câmara continuasse indiferente a este estado de coisas.

Digo indiferente, porque na nossa óptica, não basta trazer ao Plenário da Assembleia, sob a forma de intervenções avulso no Período de Antes da Ordem do Dia, este ou aquele comentário sobre situações que, como a do caso em apreciação, têm fundamental importância não só para a vida corrente presente, mas inclusivamente para o próprio futuro da Região e para a evolução do seu processo autonómico.

Daí que é indispensável que para assuntos relevantes como este, se ultrapasse a denúncia que tem sido feita, de resto e em relação à matéria em apreciação, ao longo das sessões plenárias desta Assembleia, mas é importante que o órgão máximo da autonomia regional e órgão de fiscalização do executivo, se pronuncie, efectivamente, sobre estas situações.

Para nós isto é tanto mais insólito quanto se fica com a impressão de que nem aqueles que têm a tutela sobre o sector nem aqueles que são os responsáveis políticos pelo estado caótico das finanças regionais, têm a mínima noção da dimensão e da gravidade da situação.

Isso tem sido patente ao longo da falta de esclarecimento que o Governo tem revelado nesta Assembleia, sempre que a matéria tem sido abordada e isso, inclusivamente, chegou já ao desplante de, perante o povo dos Açores, através da televisão oficial, o Sr. Secretário Regional das Finanças ter dado como única e principal garantia ao povo desta Região, de que a situação estaria sob controle, o facto de ser pessoa séria e dar o seu aval pessoal à situação financeira da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É escusado comentar e desenvolver essa postura do Sr. Secretário Regional das Finanças, porque infelizmente a situação atingiu uma dimensão que não se coaduna com fianças pessoais e com garantias de seriedade também pessoal.

Mas, além da seriedade pessoal, é preciso seriedade política e por conseguinte, também seriedade democrática.

E o primeiro sinal de seriedade democrática que este Governo teria que dar ao povo dos Açores, era vir perante esta Câmara, vir perante os representantes do povo dos Açores, dar uma transparente e inequívoca imagem de qual a situação financeira desta Região, quer na óptica conjuntural quer na óptica estrutural. Ou seja, quer no que envolve directamente a tesouraria da Região quer no que envolve compromissos estruturais que parecem estar em causa.

O Governo não faz isso!

Cabe a esta Assembleia tomar **a única atitude política digna e coerente que lhe resta.**

Lamentar, condenar, fazer ver ao Governo que este estado de coisas não pode continuar!

Fazer ver ao Governo que ele **depende politicamente desta Assembleia!**

**Presidente:** O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mas, efectivamente, por muito que custe aos "Yes Man" sentados nesta Assembleia, que aqui estão apenas para suportar **incondicionalmente e dizer que sim** a todas as ordens que recebem dos "Chefes", e felizmente são poucos, mas ainda há alguns e são os mais atrevidos...

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Tal tristeza!

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta Assembleia também tem responsabilidade nesse domínio, porque tem uma Comissão Especializada que está obrigada a habilitar o Plenário com informação actualizada sobre essas matérias e, infelizmente, perante um assunto que tem sido por todos levantado e insistentemente apelado ao esclarecimento, não tomou a iniciativa elementar de trazer a esta Câmara e obrigar o Secretário Regional e o Governo, a dar informações a esta Câmara!

É um apelo que também deixamos, para que enquanto for tempo, a Comissão da Assembleia informe o povo dos Açores e os Deputados desta Região, sobre a situação financeira dos Açores!

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral para uma intervenção.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** É para um protesto, Sr. Presidente.

**Presidente:** Eu tenho alguma dificuldade em integrar essa figura regimental...

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Então se o Sr. Presidente me dá licença, eu retiraria o aspecto regimental do enquadramento da minha intervenção, porque a intervenção que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro acabou de fazer e a resposta ao aparte que eu fiz não merece qualquer perda de tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vamos fazer algumas considerações sobre o Voto de Protesto, cuja matéria tem sido, desde há muito, analisada tanto pela comunicação social como também aqui na Assembleia.

É evidente que durante algum tempo estes problemas foram focados praticamente só nesta Câmara. No entanto, a situação chegou a um estado tal, que se tornou impossível para o Governo Regional, escondê-la assim como foi notório para toda a Região, as reacções produzidas como consequência do estado financeiro dos Açores e, particularmente, do não cumprimento por parte do Estado, por parte da Região, dos seus compromissos para com os seus devedores.

Aliás, de acordo com os considerandos deste voto, não basta que responsáveis pela Região digam que o Estado é uma pessoa séria ou que o Estado paga as suas contas. Porque este Estado e os responsáveis por esta Região, não têm sido pessoas sérias. E não o têm sido, porque não têm pago as suas contas a tempo e horas.

E qualquer açoriano, viva onde viver - todos nós sabemos - sabe classificar aqueles que vão à mercearia da esquina comprar o que quer que seja, para pagar amanhã. E esse amanhã acontece quando Deus quer e é servido.

Este Governo Regional tem exactamente o comportamento dessas pessoas!

E essas pessoas eu não vou adjectivá-las, pois toda a nossa população o sabe como.

Um outro aspecto que ainda é mais grave do que este, porque entra nos foros da ilegalidade, do qual também se tem falado nos últimos tempos e que está contemplado neste Voto de Protesto, é a efectivação de despesas sem o necessário cabimento orçamental.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Isto entra nos foros da ilegalidade! Isto entra no necessário julgamento que eu penso que a partir deste momento, o próprio Tribunal de Contas tem que ter em conta e tem que investigar. Porque a legislação nacional contempla estes casos e exige que os responsáveis compensem o Estado pelo facto de executarem despesas sem cabimento orçamental.

É um aspecto que, conjuntamente com um outro que já referimos, é grave!

Ainda há pouco o Sr. Deputado do CDS referia aqui um problema para o qual as bancadas da oposição, desde há muitos anos a esta parte, vêm exigindo solução, ou

seja, que o Governo Regional e o partido que o apoia tenham a coragem de vir aqui discutir connosco o estado financeiro da Região.

Sistematicamente, com o aprovar dos orçamentos e com a análise das contas da Região temos, insistentemente, convidado o Governo Regional e o partido que o apoia, a debaterem connosco aquilo que se passa em relação à nossa situação financeira.

Infelizmente, pela parte do Governo, é ausência que tem primado. Pela parte do partido que o apoia, tem sido o silêncio.

Efectivamente, mais uma vez, apelamos a que possamos, duma vez por todas, abertamente, discutir aquilo que interessa discutir em relação às finanças da nossa Região.

Não podemos continuar a viver sem plano e orçamento!

Não podemos continuar a viver em regime de duodécimos!

Não podemos continuar a viver devendo aquilo que temos e aquilo que não temos!

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes para uma intervenção.

**Deputado Fernando Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, ausentes desta Casa:

**Deputado António Silveira (PSD):** Mas nunca esquecidos!

*(Risos da bancada do PSD)*

**O Orador:** É, de facto, de estranhar que em situação tão grave como esta, se verifique a ausência do Governo e a ausência de defesa de parte da sua bancada que o apoia.

O Sr. Secretário das Finanças e Planeamento, como já foi aqui dito, afirmou recentemente ser pessoa de bem, não devendo nada a ninguém.

Não duvidamos da integridade do Sr. Secretário na sua vida particular e na sua vida profissional, porque não?

Mas desejamos constatar que tem sido difícil transferir esses princípios da sua vida privada, para a governação.

Tem sido tão difícil, que ele se vê obrigado - como foi aqui referido anteriormente - a tentar avançar com a sua fiança pessoal. Mas, de facto, não funcionam fianças pessoais neste processo!

O Sr. Secretário tem tomado para si as responsabilidades, que são suas, mas que também são responsabilidades do Gabinete que integra.

Não partilhamos, todavia, do aligeirar de responsabilidades que traduzem as suas declarações ao "Açoriano Oriental" de 12 de Março, e cito:

"Os contratos que me chegaram às mãos foram apenas contratos com cabimento orçamental e visados pelo Tribunal de Contas. E - continuo a citar - se algumas pessoas têm facturas na gaveta ou autorizaram despesas sem cabimento orçamental, não é um problema da Secretaria das Finanças".

E eu pergunto:

"Por pessoas", entenda-se quem?!

Entenda-se Secretários Regionais?!

Entenda-se Secretário Regional das Finanças?!

Entenda-se Presidente do Governo?!

Porque, de facto, não sou eu, não são os Srs. Deputados nesta Casa, que estão autorizados a realizar despesas!

E se se entende Secretários Regionais, eu pergunto:

**Que Secretários Regionais?!**

É o Sr. Secretário Regional das Finanças que admite a possibilidade de se ter realizado despesa sem cabimento orçamental.

O Sr. Secretário comprometeu-se com a Câmara do Comércio, conforme comunicado desta organização, e cito, "A avaliar o montante dessa dívida..." e informaram oportunamente essa organização, do respectivo valor e plano de pagamentos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros **ausentes** deste V Governo:

É obrigação do Sr. Secretário informar esta Assembleia dos montantes dispendidos sem cabimento orçamental e dos organismos que realizaram essa despesa.

O Grupo Parlamentar do PS solicitou à Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, nos termos do nº2 do Artigo 16º da Lei Nº 86/89, de 8 de Setembro, e passo

a citar, a) "a verificação de qual é, actualmente, a diferença entre a despesa comprometida e a despesa efectivamente paga pela Tesouraria Regional no ano económico de 1992.

b) A existência de compromissos financeiros do Governo Regional sem cabimento orçamental.

c) A transição de despesas do ano económico de 1992 para o de 1993 sem enquadramento legal."

O rol de facto é longo!...

Volto a referir que é longo e grave!

São atrasos nos pagamentos; é incumprimento de compromissos assumidos; é a admissão implícita de ilegalidades.

O tempo tem-se encarregado de deslindar a meada tecida pelo IV e V Governos Regionais.

Compete a esta Assembleia protestar e exigir o cumprimento das leis, bem como o apuramento das responsabilidades.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo para uma intervenção.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não era minha intenção ter que intervir sobre esta matéria, no entanto algumas das coisas que foram ouvidas aqui, não podem passar sem alguma resposta.

Desde logo, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, talvez agora na modalidade do "Popular Party", vem insinuar que a Comissão (embora não dissesse o nome só pode ser a de Economia e Finanças neste momento), deveria fiscalizar a actividade do Governo.

Obviamente que as Comissões fiscalizam a actividade do Governo. Mas que seja do conhecimento do Presidente desta Comissão, não houve nenhum requerimento a pedir essa fiscalização nem o objecto da mesma.

Portanto, sobre esta matéria, eu não sei o que é que se quer fiscalizar.

Por outro lado, o Tribunal de Contas faz a apreciação das contas anuais da Região. Ainda não temos nenhum parecer em relação a 91, muito menos a 92. Não sabemos, portanto, e estamos surpreendidos com esta "urgência" e esta "insistência" em que há graves irregularidades, em que há despesas que não foram autorizadas, em que há cobertura assim, ou falta de cobertura "assado"... quando na realidade não são trazidos ao Plenário casos concretos.

Ficamos pela divagação, com base em quê?!

Com base em que há pagamentos em atraso!

Há efectivamente pagamentos em atraso! E o Governo já o disse que havia.

Em qualquer país há pagamentos em atraso!

Mas vir-se comparar a situação financeira de um governo qualquer, com a situação duma mercearia, é qualquer coisa "quebrada ao chão!".

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** É ofensivo para a mercearia!...

*(Risos da Câmara)*

É realmente ofensivo para a mercearia!

E principalmente para o merceeiro que trouxe aqui esta questão!

*(Risos das bancadas do PSD, PS E CDS)*

É que o problema é mesmo deste género. Porque, na realidade, querer comparar estas coisas e, com base nelas, vir dizer que isto são contas de mercearia, é só para tentar lançar a confusão nas pessoas menos precavidas.

Eu julgo que estas coisas são muito claras!

O Governo disse "há efectivamente contas que ainda não estão pagas!". Não estão pagas, mas isto passa-se em qualquer lado. Hão-de se pagar certamente!

**Deputado Rui Melo (PSD):** Isso até se passa com o Partido Socialista!

**O Orador:** Por outro lado, vir-se aqui dizer que não houve despesas autorizadas, não sei se houve ou não.

O Sr. Deputado quando diz isso, deve trazer aqui a este Plenário, indicações concretas de que houve falta de autorização de pagamento de certas coisas.

O mais grave ainda, é vir-se concluir por estas palavras espantosas, que não sei se o Sr. Secretário disse nestes termos, de que na realidade, se houver contas nas gavetas e tirar-se daqui conclusão de que as gavetas têm que ser necessariamente departamentos governamentais, eu peço desculpa ao Sr. Deputado que o fez de uma maneira muito inteligente - e fê-lo, reconheço a sua inteligência - mas cuidado! Nós também não somos propriamente tolos!

Isto significa que deixa entender que alguns Secretários - não sei quais - terão contas nas suas gavetas que, talvez por não terem cabimento, não as puseram da gaveta para fora.

Ora, o Sr. Deputado sabe tão bem ou melhor do que eu que isso era extremamente grave, porque as contas feitas no ano têm que aparecer para a apreciação desse ano.

Ora, se se vier a verificar situações dessas, cá estará esta Comissão e cá estará esta Assembleia para condenar o Governo!

Porém o Sr. Deputado desculpar-me-á, pois quando o Sr. Secretário das Finanças terá dito isso, eu penso...

**Deputado Fernando Lopes (PS):** Disse sim senhor!

**Deputado Francisco Sousa (PS):** O Sr. admita!

**O Orador:** Ó Sr. Deputado, eu admito que ele terá dito! Às vezes na embalagem da conversa dizem-se certas coisas.

Eu penso que o Sr. Secretário talvez se tenha referido a algumas empresas que ainda não terão apresentado as suas contas, porque não as fecharam!

*Vozes do PS: Claro! Claro!*

**Presidente:** O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro tinha pedido a palavra, mas o Sr. Deputado já esgotou o seu tempo.

Os seus 5 minutos de intervenção esgotaram-se com a sua intervenção. E, portanto, não há mais possibilidade de lhe dar a palavra para nenhum efeito de intervenção nesta matéria.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** Nem para um protesto Sr. Presidente?

**Presidente:** Já há pouco neguei um protesto ao Sr. Deputado Jorge Cabral.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** Posso...?!

**Presidente:** Não Sr. Deputado.

*(Risos da Câmara)*

**Presidente:** É que há pouco tive que negar um pedido de protesto ao Sr. Deputado Jorge Cabral em relação a algumas afirmações suas, de modo que agora não posso alterar o critério.

Não havendo mais intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este Voto de Protesto, fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Voto de Protesto foi rejeitado com 27 votos contra do PSD e registou 20 votos a favor do PS, 1 a favor do CDS/PP e 1 a favor do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma declaração de voto. Eu agradecia que de acordo com o Regimento, fosse breve na declaração de voto.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** Sim Sr. Presidente.

A Representação Parlamentar do CDS/Partido Popular votou, naturalmente, a favor este Voto, porque era além do mais de lamentar que o PSD, ao ter utilizado ontem nesta Assembleia o requerimento para passar a discussão e votação desta matéria para o dia seguinte, não tenha feito nem esboçado o mínimo de defesa sobre a questão em apreciação, o que demonstra a incoerência dessa postura.

Depois, teríamos que continuar a votar a favor deste documento, porque numa curta intervenção do Sr. Deputado Victor Evaristo, e deixando a discussão sobre se o Governo é ou não merceeiro pois é um problema do Sr. Deputado Paulo Valadão, mas esta Assembleia ouviu uma enormidade, quando o Sr. Deputado, mais uma vez, ignorando as praxes e as regras de funcionamento desta Casa, escusa a falta de

actuação da Comissão competente para o assunto, pelo facto de ela só o poder fazer a requerimento de deputados desta Assembleia.

Aproveitamos para anunciar que vamos requerer a matéria, porque o que foi dito pelo PSD é uma afronta ao trabalho desenvolvido por outras Comissões desta Assembleia e por essa própria Comissão ao longo de 16 anos em que provaram exactamente o contrário e o Sr. Deputado tem ao seu lado um presidente duma Comissão!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós votámos favoravelmente esta proposta de voto de protesto, porque não podia ser outra a posição deste Parlamento, face ao problema que nos aflige a todos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes para uma declaração de voto.

**Deputado Fernando Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PS apresentou este Voto de Protesto e votou-o favoravelmente, porque pensa que a gravidade da situação exige que esta Câmara se pronuncie sobre este facto.

Votámos favoravelmente este Voto de Protesto, porque pensamos que se de facto há lugares onde o Sr. Secretário das Finanças vai prestar contas e vai declarar no caso à Câmara do Comércio, as situações que não estão contempladas na lei, então também deve apresentar as mesmas aqui nesta Assembleia.

Votámos favoravelmente este Voto de Protesto, como um primeiro passo para que esta Assembleia se capacite de que tem de exercer, eficazmente, as suas funções de fiscalização e de vigilância pelo cumprimento da lei.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira para uma declaração de voto.

**Deputado António Silveira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD votou contra o Voto de Protesto apresentado pelo PS, sobre os atrasos de pagamentos nos compromissos assumidos pelas seguintes razões: 1º. Já nesta Casa o PSD teve oportunidade de se referir ao assunto, salientando a propósito ser imprescindível para o regular funcionamento da economia açoriana, essencialmente para o sector privado, que resultante das dificuldades financeiras

ocorridas no ano transacto, o Governo, dentro da maior celeridade possível, efectue os pagamentos ainda em dívida, a todos os seus fornecedores.

2º. O PS não tem em conta na sua análise, que a Região perdeu receitas no valor de aproximadamente 7 milhões de contos e o impacto que tal situação, ocasiona nas finanças regionais.

3º. O Governo está de acordo com as disponibilidades financeiras existentes, pagando os compromissos assumidos, aliás como tem sido explicado aos responsáveis regionais e ao público em geral.

Essa é a sua principal prioridade.

4º. Como sempre, o PS traz a Plenário, como é seu hábito, e sobre a "forma" mais fácil possível, um assunto que é sério, que merece uma atenção ponderada de todos nós, mas enquadrada num contexto mais amplo, quer a nível nacional e comunitário e não pode ser potenciada nesta Casa, com intuits meramente de oportunidade política.

5º. O PSD está empenhado, quer a nível da Assembleia quer a nível do Governo, em resolver com coerência e na base da defesa dos interesses de todos os açorianos, esta questão tão importante.

Pelas razões aduzidas, mais motivação temos para não darmos relevo a que esta Casa volte, como no final da legislatura passada, a ser um autêntico festival de votos de protesto e não só.

Estamos aqui com as responsabilidades que o povo nos conferiu. Não desistimos nos momentos mais difíceis, mas sim, estamos solidários, quando necessário, com o Governo Regional, no sentido de continuar nesta Região o caminho do progresso.

Daí votarmos contra, por não "embarcarmos" em demagogias de ocasião eleitoral interna. E por entendermos também que cada grupo parlamentar gere a sua actuação nesta Casa, como lhe parece mais oportuno, de acordo com o Estatuto. E não por vontade de outros que embora eleitos também pelo povo, devem procurar gerir-se a si próprios e só, dado que a população apenas lhe deu a hipótese de serem "Yes man" deles próprios e "não man's" do que os outros fazem.

Muito obrigado.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Votámos favoravelmente este Voto de Protesto, sobretudo porque como dissemos na intervenção sobre esta matéria, é impossível esconder-se a degradação da situação financeira regional.

Por outro lado ainda, esperávamos e estávamos convencidos de que seria normal numa situação destas, que o partido que apoia o Governo viesse em sua defesa, explicar ou procurar justificar, as razões para que aqui nesta Câmara não houvesse este protesto.

Bem pelo contrário, a realidade é que ficamos perfeitamente esclarecidos que há todas as razões para este Voto ser votado favoravelmente aqui e agora. Porque, na realidade, a única situação constatada neste Plenário por quem devia defender o Governo, é que há pagamentos em atraso.

Perante essa situação e perante tudo aquilo que tem estado aqui a ser debatido, o Governo Regional merece que esta Câmara proteste com veemência, pelo caos financeiro em que vivemos.

**Presidente:** Passamos em seguida à apreciação do Voto de Congratulação e Saudação, apresentado por Deputados do Partido Socialista.

Agradecia a um dos subscritores o favor de o apresentar.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados.

## **VOTO DE CONGRATULAÇÃO E SAUDAÇÃO**

O diário terceirense "A União" foi fundado e publicado, pela primeira vez, em 3 de Dezembro de 1893, por Manuel Vieira Mendes, seu primeiro Director, e com a participação inicial de catorze outros colaboradores de relevo na sociedade terceirense da época.

Completando, assim, no próximo mês de Dezembro, 100 anos de publicação ininterrupta como vespertino, publicou até hoje, "A União", mais de 29 000 edições. Ao longo deste percurso centenário, contou "A União", como directores e colaboradores, com alguns dos mais reputados nomes da vida cultural, política, social e literária, da comunidade açoriana e terceirense.

Podem destacar-se, a título de exemplo, entre os fundadores, Alfredo Mesquita, Dr. Alfredo da Silva Sampaio, Dr. José dos Reis Fisher, Vigário José Alves da Silva; e, entre directores e colaboradores habituais, figuras como Dr. Luís Ribeiro, Ten. Cor. José Agostinho, Dr. Francisco Lourenço Valadão, D. António de Castro Meireles, Dr. Baptista de Lima, Dr. Armando Cortes Rodrigues, Vitorino Nemésio, Maria do Céu, Dr. José Pedro da Silva, Dr. José Enes (Director), Dr. Artur Cunha de Oliveira (Director), Padre António Rego, Mons. José Machado Lourenço (Director), Prof. Rafael Ávila Azevedo, Mons. Pereira da Silva, Francisco Coelho Maduro Dias, Dr. Francisco Caetano Tomás, Cong. José Augusto Pereira, Dr. Álvaro Monjardino, Padre Coelho de Sousa (actual Director) e ainda, Álamo de Oliveira, Emanuel Félix, João Afonso, Emanuel Jorge Botelho, Onésimo de Almeida e muitos outros.

Desempenhou "A União" importante papel na discussão sobre a Autonomia dos Açores, tanto em 1894, como na transição da Monarquia para a República; e também nas polémicas que envolveram a implantação da Primeira República e do Estado Novo.

Tendo sido adquirido pela Diocese de Angra, em 1924, pelo então prelado D. António de Castro Meireles, ao longo do Estado Novo este vespertino esteve sobretudo virado para questões mais relacionadas com a actividade da Igreja, a política local e a actividade social e cultural. Tendo-se igualmente destacado pela divulgação e defesa da doutrina social da Igreja.

Durante esta época foi vítima da feroz censura, mas também conseguiu ser um espaço, mercê da sua ligação à Igreja, onde a censura era muitas vezes ludibriada, o que motivava cíclicas recriminações e retaliações por parte dos responsáveis daquela execranda prática .

Após o 25 de Abril de 74, para além de vicissitudes várias, características da turbulência da época imediatamente posterior àquela data, voltou o jornal a incluir,

nas suas páginas, artigos vários sobre a problemática autonómica, a liberdade e a democracia.

Outra das características deste jornal foi a utilização, ao longo da sua vida, de um leque variado de páginas especializadas.

Assim, desde a década de 40 que mantém uma página desportiva.

É o único jornal açoriano que, presentemente, publica uma página sobre A Mulher, e manteve, durante os últimos 15 anos, a página literária "Quarto Crescente", de grande qualidade e contando com prestigiado grupo de colaboradores permanentes.

A actualização constante das suas fontes de informação, desde o correio normal até à foto-notícia via satélite, de que foi pioneiro na sua introdução nos Açores; a actualização dos meios técnicos de impressão, paginação e composição, foram outras das preocupações dominantes das suas administrações. De tal modo que, entre 1989 e 1993, os investimentos efectuados nestas áreas, atingiram o montante de 50 mil contos, dos quais doze mil corresponderam a subsídios do Governo Regional.

Presentemente a sua tiragem é de 1451 exemplares.

Tendo em conta o exposto, e ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PS propõe ao Plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, o seguinte Voto de Congratulação e Saudação:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores congratula-se com a passagem, no corrente ano, do centenário do vespertino "A União" e saúda os seus actuais responsáveis, colaboradores e funcionários aproveitando, assim, a oportunidade para manifestar àquele periódico o seu apreço pelo relevante e porfiado papel desempenhado na defesa dos interesses e como veículo da opinião pública da Terceira, do Ex-Distrito de Angra e da Região, ao longo de uma centúria.

Horta, Sala das Sessões, 24 de Março de 1993

**Os Deputados Regionais,** *Dionísio Sousa e Martins Gopular.*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Aquilo que ontem dissemos aquando da apresentação do voto referente ao jornal "O Telégrafo", com as devidas adaptações, podê-lo-íamos dizer, neste momento, em

relação a este Voto de Congratulação e Saudação, pela passagem do centenário do início da publicação do jornal terceirense "A União".

Mais uma vez apraz-nos que esta Assembleia registre a futura passagem do aniversário deste vespertino, sobre o qual nós reconhecemos a sua importância para a nossa Região, na última centena de anos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma intervenção.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós queremos associar-nos a esta feliz iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tendo como primeiro subscritor o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Queríamos registar a exaustiva lista de colaboradores e distintas personalidades da ilha e da Região que deram nome àquele vespertino e muitos outros continuam a dar. Queríamos também tornar extensiva essa homenagem aos seus trabalhadores que vêm aqui referenciados, nomeadamente o Alvino, o José Gabriel, o Armando, o Sr. Cunha, a Sandra e a Helena.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma intervenção.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo (membros do governo não vale a pena, mas também não vale a pena noutras alturas e eles continuam a ser referidos):

Apenas para acrescentar mais uma nota àquilo que está referido no texto e se for preciso também, associando os nomes que foram aqui lembrados pelo representante do CDS/PP, mas não pretendemos em relação às actuais pessoas que efectivamente desempenham funções naquele jornal, abrangê-los a não ser neste leque de responsáveis, colaboradores e funcionários. Portanto, prescindimos da citação de outros nomes para além do nome do director.

Desejávamos apenas acrescentar uma nota que poderia estar no texto, mas efectivamente não está. É que alguns jornais em determinadas regiões passam a ser vozes institucionalizadas e passam a ser "O Jornal" para essas regiões. Citaria, em exemplos de jornais do continente, para não referir exemplos dos Açores, para além do próprio "União", o caso do Diário de Notícias, no sul do País; o caso do Jornal de Notícias, no norte do País e outros que são vozes institucionalizadas por aquilo que têm representado, sucessivamente, ao longo das épocas e esta situação é também

característica deste jornal que aqui vem referido - "A União" - para uma zona da Região - para a Ilha Terceira - e mesmo para o ex- distrito de Angra, ou seja, para a Graciosa, e S. Jorge e junto de muitas populações. Muita gente ainda hoje quando se pergunta se leu o jornal, significa ler "A União".

Era este aspecto que gostaríamos de deixar aqui salientado nesta passagem e nesta congratulação e saudação ao centenário deste jornal.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral para uma intervenção.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Antes de mais queria perguntar ao Partido Socialista se tem mais algum voto de saudação para apresentar ao longo deste ano?

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Tem muito mais. E de protesto também.

**O Orador:** É para eu me ir preparando para essas coisas.

*(Risos do PSD)*

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Antes de entrar propriamente na matéria que estamos aqui a apreciar, gostaria de dizer que os açorianos, no campo das letras, foram, vão e certamente irão longe nesta "Terre des Hommes" e ainda há pouco, a televisão passava um filme produzido por um açoriano de gema, cujo nome passou no genérico do filme (com o Fernandel), com uma realização de Henri Verneuil, produzido pelo Sr. Ayres Aguiar, que ainda está vivo, e que foi proprietário durante muitos anos em França duma firma produtora de filmes - a "Gray Film".

Quero com isto dizer que os açorianos nas letras, nas artes, e também no cinema, têm ido longe, não só a nível regional como também a nível nacional e até a nível internacional.

Todos nós sabemos a importância que a comunicação social tem tido na diáspora. E aqui enquadraria o papel que "A União" tem tido, não só no seu espaço geográfico como também em terras do Novo Mundo.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, como é óbvio, associa-se a esta efeméride, especialmente por ser um acontecimento que marca cem anos de vida dum jornal e, no caso concreto, por ser o jornal "A União".

Este jornal tem honrosas tradições na Região, antes do 25 de Abril, durante o período revolucionário e até em plena fase de autonomia. E a referência ao período revolucionário que eu faço não vem por acaso. Porque logo na sequência deste clima tumultuoso que até é referido no próprio texto da proposta de congratulação e saudação, o jornal "A União" esteve na iminência de ser tomado de assalto por forças (que me abstenho de classificar) imbuídas daquele fervor revolucionário, onde o que contava era destruir o que de bom existia nessa altura.

Graças à acção de algumas pessoas, entre as quais uma actual Deputada desta Câmara, é que tal tomada de assalto não foi concretizada e as instalações não foram destruídas nem os seus trabalhadores molestados.

Por razões particulares e pessoais, tenho uma ligação de longa amizade com o jornal "A União", porque entre elas, admiro ainda a forma como o seu Director escreve os seus editoriais, para além de ser um velho amigo de muitos anos, que muito prezo e admiro.

Pelos serviços prestados à Região em geral, e à Terceira em particular, e por ter acolhido no seu seio nomes ilustres desta Região Autónoma, por ter sido sempre um espaço de liberdade e de acolhimento duma juventude que na altura frequentava o Seminário de Angra e que já começava a escrever umas coisas e a tomar posição sobre matérias, consideradas na altura como tabus, hoje "A União" é merecedor da nossa compreensão e acima de tudo do nosso respeito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Por estas e por outras razões, é que eu, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, quero associar-me gostosamente, ao centenário deste jornal, felicitando os seus actuais responsáveis e colaboradores, desejando que "A União" continue a ser e a fazer jus àquilo que o seu título honroso e honrado bem preconiza: a unidade entre todos nós.

Muito obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este Voto de Congratulação e Saudação, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O Voto de Congratulação e Saudação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Encerramos assim este segundo ponto do nosso Período de Antes da Ordem do Dia. Passamos ao terceiro ponto que se refere ao tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante para a Região.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Carlos Silva para uma intervenção.

**Deputado Carlos Silva (PSD):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nestes últimos tempos, muito se tem falado sobre o encerramento da Estação Francesa de Medidas das Flores.

Durante a campanha eleitoral para deputados a este parlamento, algumas forças políticas da oposição tentaram, cada qual à sua maneira, cativar o eleitorado de entre os trabalhadores da referida Estação, prometendo-lhes ajuda na resolução dos seus problemas reivindicativos.

Dessas forças políticas, algumas conseguiram eleger representantes seus. Outras, felizmente, ficaram pelo caminho.

Compreendo que os senhores deputados eleitos tenham feito, durante a campanha eleitoral, as suas promessas. É legítimo.

Compreendo igualmente que tragam a este Parlamento as preocupações que sentem em relação ao encerramento da Estação Francesa de Medidas das Flores. É legítimo.

O que já não compreendo e não é legítimo é que esses senhores deputados venham exigir ao Governo Regional que se faça justiça, pagando aos trabalhadores da dita Estação o vencimento por inteiro até 1997. E não compreendo por uma simples razão. Porque nesta sala e no dia 11 de Setembro de 1992, foi aprovada a resolução n.º 18/92/A, que recomendava ao Governo Regional e cito "os princípios orientadores das negociações com as entidades francesas no encerramento da Estação de Medidas". Fim de citação. Esses princípios estão resumidos a 2 pontos. O primeiro refere que se deve ter em conta até ao ano de 1997 para cálculo das indemnizações a conceder aos trabalhadores e o segundo propõe um esquema de pré-reforma.

Esta resolução não recomenda ao Governo Regional que sejam pagos aos trabalhadores os vencimentos por inteiro até 1997.

Gostaria de lembrar aos senhores deputados o resultado da votação desta resolução, porque alguns podem já não se recordar e porque outros o desconhecem: PS 22 votos a favor; CDS 2 votos a favor; PCP 1 voto a favor; 2 votos a favor dos deputados independentes; PSD 23 votos contra.

Quer isto dizer que a resolução apresentada pela oposição foi também por ela aprovada.

E isto aconteceu antes do início da campanha eleitoral. E durante a campanha eleitoral, não houve uma só força política que fez aprovar essa resolução que tivesse tido a coragem de informar os trabalhadores da Estação Francesa de Medidas e a sua Comissão do resultado dessa votação.

De qualquer das formas, o Governo Regional dos Açores teve presente a resolução aprovada e, em reuniões de renegociação do acordo, fez com que os dois pontos atrás referidos fossem contemplados no documento final a ser aprovado pelos dois países. Mas conseguiu mais. Conseguiu que os trabalhadores ao serviço da Estação Francesa pudessem frequentar estágios de aperfeiçoamento na França e a expensas desta. Neste momento já estão inscritos 14 trabalhadores. Conseguiu igualmente o Governo Regional que fosse criado um fundo no valor de mais de seis mil contos, suportado igualmente pelos franceses, para integração dos trabalhadores noutras empresas ou para criação da sua própria empresa. O montante dessa ajuda será de 350 contos, para qualquer dos casos.

Quanto ao valor a ser recebido por Portugal como contrapartida pelas facilidades a conceder à França pela continuidade na Região ascende a 200 mil contos/ano, nas condições económicas de 31 de Dezembro de 1983, actualizável em função do índice nacional de construção civil no nosso País. Como se sabe, desse valor 60% destina-se ao desenvolvimento económico da Região e 40% destina-se ao financiamento para aquisição de material francês para as Forças Armadas Portuguesas. Isso equivale, à data de 31 de Dezembro de 1983, a 120 000 contos e 80 000 contos, respectivamente.

Por tudo isto, facilmente se depreende que o Governo Regional não descurou nem os interesses dos trabalhadores, que constam da resolução aqui aprovada, nem os interesses da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como é do conhecimento geral, o avião DORNIER foi testado nos Açores pela primeira vez, aquando dos trabalhos de ampliação da pista do aeroporto das Flores. Já nessa altura se reconheceu, principalmente através dos passageiros que o utilizaram, que era o tipo de avião próprio para fazer essa e outras ligações açorianas. Por isso mesmo, e posteriormente, a Administração da SATA celebrou contrato de aluguer com a empresa proprietária - LAR - para que o DORNIER efectuasse voos para quase todas as Ilhas da Região. Na Ilha das Flores só muito raramente sabíamos o que era um cancelamento. Mesmo quando a pista só tinha 600 metros. Mas como diz o ditado, "a alegria em casa do pobre dura pouco tempo". E a nossa só durou até ao dia em que a LAR comunicou à SATA que os limites de segurança para o seu avião eram idênticos aos limites de segurança para o avião da SATA - o ATP.

E tudo voltou ao que era antes. Quando a Ilha das Flores tinha uma pista pequena, o avião cancelava. Ampliou-se a pista, cancela por limites de segurança que, por incrível que pareça, são os mesmos que existiam antes da sua ampliação. Vão gastar-se dezenas de milhares de contos com a transferência do edifício do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica e demolição do morro onde o mesmo está instalado e o avião irá continuar possivelmente a cancelar, devido aos mesmos limites de segurança.

No período legislativo de Janeiro último, o Senhor Deputado do Partido Socialista, Rogério Serpa, e a respeito dos transportes aéreos para a Ilha das Flores referia e cito " espero sinceramente que todas as viagens efectuadas sejam feitas dentro dos limites de segurança aprovados para aquele tipo de avião ". Fim de citação.

Por coincidência ou não, aparece de seguida a comunicação da LAR sobre os limites de segurança. Limites de segurança impostos unicamente para a Ilha das Flores e impostos pela LAR e não pela SATA, como se chegou a dizer. Está de parabéns o Senhor Deputado Rogério Serpa.

**Deputado Carlos César (PS):** Isto só visto!!

**O Orador:** Prestou um óptimo serviço à população da Ilha das Flores que, de facto, estava mal habituada ultimamente. Viajava quando queria.

Ao se manter os limites de segurança, permitam-me, Srs. Membros do Governo, que lhes faça um pedido. Não mandem mais o DORNIER para a Ilha das Flores. É um avião que nos deixou de interessar. E que os culpados por isso, assumam, em pleno, as suas responsabilidades.

Espero no entanto, que não seja essa a postura do Governo que, estou certo, tudo irá fazer para que esta situação seja rápida e facilmente ultrapassada. Mesmo que alguém não goste.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para pedir esclarecimentos.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional::

É para um rápido pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Carlos Silva, em relação ao que se passa com os trabalhadores da Base Francesa.

O Sr. Deputado diz que o Governo Regional conseguiu uma compensação para a Região até 1997, de acordo com o que está estabelecido entre o Estado francês e o Estado português.

Eu gostaria de saber se o Sr. Deputado considera que é justo a Região ser compensada até 1997, embora os franceses saiam da Região brevemente, e não seria justo que um tratamento semelhante fosse dado aos trabalhadores que prestam serviço naquela base?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa para pedir ou dar esclarecimentos.

**Deputado Rogério Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria esclarecer o Sr. Deputado Carlos Silva que quem faz os limites de segurança para os aviões operarem, são as próprias empresas que constroem os aviões...

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** "Lapalice...!"

**O Orador:** ...e não o Governo Regional.

Por outro lado, quando foi aqui aprovada a Resolução de 11 de Setembro de 92, ninguém sabia que a Região ia continuar a receber 425 mil contos/ano, até 1997.

Portanto, pensamos que é justo e legítimo que os trabalhadores recebam os seus vencimentos até expirar aquele contrato.

Eles são trabalhadores efectivos, que têm compromissos já anteriormente assumidos e, portanto, é mais do que justo que recebam os seus vencimentos até ao final de 1997.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva para prestar esclarecimentos.

**Deputado Carlos Silva (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu começaria por prestar um esclarecimento conjunto, ao Sr. Deputado Paulo Valadão e ao Sr. Deputado Rogério Serpa, acerca da situação dos trabalhadores ao serviço da Estação Francesa de Medidas nas Flores.

O que eu referi na minha intervenção foi uma resolução aprovada neste Parlamento, em 11 de Setembro, e aprovada pela maioria que nessa altura funcionava (da oposição), em que está lá dito - nos dois pontos que eu referi - as cláusulas que recomendavam ao Governo para que isso acontecesse.

Não está lá dito que eles recomendavam ao Governo Regional que fossem pagos os vencimentos até ao limite do acordo, ou seja até 1997.

Quanto ao avião da LAR, eu devo referir ao Sr. Deputado Rogério Serpa que eu concordo que as empresas é que devem fazer os limites de segurança. Esses limites de segurança foram feitos, de facto, pela própria empresa, mas foram feitos depois duma intervenção feita neste Plenário, porque até aí, e durante meses e meses...

*(Os Risos da bancada do PS)*

Os Srs. Deputados por favor não se riam, porque talvez nunca foram às Flores e não sabem o que é que isso quer dizer!

*Vozes do PS: Claro que não!...*

**O Orador:** O que aconteceu, foi que depois da intervenção do Sr. Deputado Rogério Serpa, é que esses limites de segurança apareceram. E surgiram apenas para a Ilha das Flores e para mais nenhuma ilha da Região.

Gostaria também de referir que durante muitos meses, mesmo quando havia só 600 metros de pista, não havia limites de segurança para o avião Dornier operar nas Flores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves para prestar esclarecimentos.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para contrariar o que disse o Sr. Deputado Carlos Silva. Ou seja, um avião quando é construído, a empresa que o constrói diz assim: "este avião pode apanhar uma determinada quantidade de nós de vento; pode aterrar numa pista que tem x metros". Portanto, não foi de modo nenhum por causa da intervenção do Sr. Deputado Rogério Serpa que apareceram esses limites. Eles já vêm estabelecidos, quando o avião sai da fábrica. Não é Governo nem ninguém que faz isso.

Era só.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa para prestar ou pedir mais esclarecimentos.

**Deputado Rogério Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ó Sr. Deputado, eu fico satisfeito quando o Governo faz coisas bem feitas - quando qualquer deputado apela - e que traga benefícios para os cidadãos.

Eu não fico invejoso, como o Sr. Deputado fica, quando vê aqui apelar para o bem estar do nosso povo.

Estranho o Sr. Deputado estar a empolar a situação dos aviões, pois sabe perfeitamente que eu não tive nada a ver com o assunto. Não tenho tanto poder para isso.

Tanto que eu tenho exigido para o povo da minha terra e não tenho conseguido!

*(Aplausos da bancada do PS)*

**O Orador:** ... e só por ter exigido segurança nos aviões, que continuarei a exigir, é que eles foram penalizados?!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva para prestar esclarecimentos.

**Deputado Carlos Silva (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O que eu vou dizer dá novamente para o Sr. Deputado Rogério Serpa e também para o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Eu gostaria, sinceramente, de saber o seguinte:

Por que é que só agora é que a empresa proprietária dos aviões decidiu limitar os seus voos para as Flores, quando viajaram durante muito tempo antes disso?

**Deputado Rogério Serpa (PS):** Pergunta lá!!

**O Orador:** Eu concordo que esses limites de segurança devem ser impostos pela empresa. Mas por que é que o fez só agora, depois da intervenção do Deputado Rogério Serpa e não o fez de início, aquando do começo dos voos para as Flores?

**Deputado Rogério Serpa (PS):** Pergunta lá!!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa para uma intervenção.

**Deputado Rogério Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional.

A Região que trabalha e vive da Agricultura, como os Açores, sofre neste momento de carências intransponíveis. Como todos os florentinos sabem, este ano os Serviços Agrícolas da Ilha das Flores recusam-se a prestar serviço na preparação de terrenos Primavera e Outono, serviços esses que como sabemos se ordenavam especialmente no sentido dos mesmos alugarem as suas máquinas para outonos, milho e batatas o que numa Ilha pobre como aquela deixa a lavoura numa situação desesperada, pois a utilização das referidas máquinas agrícolas é indispensável nos serviços que prestava aos lavradores das Flores, pobres e sem possibilidades económicas de as adquirir para uso próprio. Acresce que além disso foram cancelados os serviços de conservação de forragem pelo processo de fenação, o que torna impossível uma alimentação capaz para o gado sobreviver, durante o Inverno visto que só na Ilha um

particular possui a enfardadeira, a gadanheira e o respigador. Seria útil que esta Câmara tivesse presente a circunstância dos Serviços Agrícolas terem efectuado no último ano com as suas máquinas o enfardamento de 24.000 fardos.

Sabemos que só nas Ilhas das Flores e São Jorge os Serviços Agrícolas com a sua maquinaria vinham prestando serviços desta natureza a particulares, no entanto temos de ter presente que os lavradores da Ilha das Flores serão os que têm mais necessidade das mesmas, visto que são sem dúvida dos mais pobres da Região.

A juntar a estas dificuldades a lavoura florentina encontra-se na situação de quase sobrevivência visto que o principal lucro do seu trabalho era obtido até há pouco tempo através da manipulação e exportação do seu leite em queijo, que continua a não ser pago ao lavrador atempadamente. Neste momento o pagamento do leite ao lavrador anda com um atraso de 8 meses.

Perguntamos nós nesta Câmara como é que o Governo procura de alguma forma solucionar um problema que asfixia mortalmente a actividade agrícola na Ilha das Flores, pela qual fui eleito e por isso me encontro na obrigação moral de lembrar nesta casa carências e dificuldades tão profundas?

Não queria terminar esta intervenção sem chamar a atenção do Governo para a situação que em virtude das explosões efectuadas para a extracção de pedra destinada à construção do porto das Flores, provocaram em vários edificios na Vila das Lajes, sem que alguém se queira neste momento responsabilizar pelos prejuízos causados nas propriedades Urbanas.

O Governo declina qualquer responsabilidade no assunto, remetendo as mesmas para o empreiteiro de obra (Sonague) e este por sua vez atribuiu a responsabilidade para a fragilidade dos edificios que até a este acontecimento se apresentavam em condições aceitáveis ao acolhimento dos seus donos ou rendeiros. Perguntamos nós quem obriga o empreiteiro a reparar os estragos causados?

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Por diversas vezes e sob diferentes aspectos, abordámos nesta Assembleia, as consequências negativas advenientes para a Ilha das Flores resultantes da desactivação da Estação Francesa de Medidas. Em declarações públicas recentes, um responsável da ANA, EP, Empresa Pública que gere o aeroporto das Flores, admitia que as condições hoje existentes naquele aeroporto eram em função das necessidades provenientes da permanência dos Franceses e, conseqüentemente, com a desactivação da Estação Francesa também o aeroporto teria um funcionamento diferente

Desde já, queremos deixar ficar bem claro que, em nosso entender, o aeroporto das Flores deve continuar a ser classificado como tal; seria prejudicial para aquela Ilha e para toda a Região, que aquele aeroporto fosse transformado em aeródromo.

Este assunto é preocupante não só para todos os trabalhadores do aeroporto das Flores, mas também merece uma atenção muito especial dos florentinos, em particular e, dos açorianos dum modo geral, quer pelas consequências que uma eventual redução dos postos de trabalho naquela estrutura aeroportuária traria para a Ilha, quer pelas consequências negativas resultantes daquele aeroporto poder ver reduzidas as suas condições operacionais se fosse transformado em aeródromo.

Todos nós sabemos que no Grupo Central os aeródromos do Pico, Graciosa e S. Jorge, são apoiados pelos controlos aéreos existentes no Faial e na Terceira. No caso do Corvo, é compreensível, dada a proximidade das Flores, poder existir apoio levado a cabo pelo controle aéreo existente nesta Ilha. Mas, é preciso não esquecer que as Flores estão localizadas a 246 Km do Faial e a 352 Km da Terceira, numa Região do Atlântico onde as condições meteorológicas são normalmente diferentes das dos Grupos Central e Oriental do arquipélago, as quais normalmente condicionam o tráfego aéreo. Por outro lado, a localização do próprio aeroporto no centro da Vila de Santa Cruz e na proximidade do Monte das Cruzes, sempre foram uma condicionante à aproximação e à saída das aeronaves, exigindo as condições técnicas e humanas existentes, incluindo um serviço de socorros, devidamente apetrechado e preparado, quer em meios materiais quer em meios humanos, capazes

de darem resposta a qualquer eventualidade menos agradável que pudesse acontecer. Não foi por acaso que o Estado Francês e os responsáveis pela Estação Francesa instalada nas Flores exigiram que o aeroporto fosse dotado das condições técnicas e humanas que hoje possui e que lá estão instaladas há quase duas dezenas de anos; mas, valerá a pena recordar, que antes daquele aeroporto estar provido das condições técnicas e humanas que hoje dispõe, foi durante alguns anos utilizado por aviões militares portugueses e franceses, e durante este período despistaram-se e incendiaram-se dois aviões franceses, o que teve como consequência os meios de que o aeroporto foi dotado e, a partir da existência dessas condições técnicas e humanas não voltou haver qualquer acidente naquele aeroporto. É preocupante que hoje se comece já a falar na diminuição dos serviços dos socorros!

Para além de tudo isto, importa realçar ainda, que nos últimos tempos a Região levou a cabo um esforço financeiro importante com o prolongamento da pista e a sua recarga betuminosa; em nosso entender, não faz sentido, que após este esforço na melhoria daquela infraestrutura, se diminua as suas condições operacionais, alterando os meios técnicos e humanos.

Numa altura em que já sabemos que a partir do fim do próximo mês de Junho será desactivada a Estação Francesa, com a colocação no desemprego da totalidade dos trabalhadores portugueses com todas as consequências negativas para uma Ilha com uma população tão diminuta como é o caso das Flores; numa altura em que está a ser desactivada a Estação Rádio Naval, a qual no passado manteve naquela Ilha um número muito considerável de efectivos, agravar ainda mais as condições sociais existentes na Ilha, em nosso entender, é muito preocupante e poderá mesmo causar malefícios incalculáveis, os quais devem ser evitados a todo o custo.

Talvez será de acrescentar que no Relatório de Contas, referentes a 1992, apresentado pela ANA,EP se afirma que e cito **"a Empresa atingiu em 1992, o melhor resultado alguma vez alcançado em toda a sua existência"**; isto só por si seria necessário e suficiente para tornar defensável a manutenção do aeroporto das Flores funcionando tal como está e tal como tem funcionado no passado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Face a tudo o que anteriormente expusemos e tendo em conta quer as sérias razões de segurança invocadas, quer as muito pertinentes questões económicas e sociais que referimos, pensamos que é obrigação de todos nós e do Governo Regional, trabalhar no sentido de que as condições operacionais exigidas pelos franceses para o aeroporto das Flores, se mantenham ao serviço da população daquela Ilha, e de todos os seus visitantes.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar Rosa.

**Deputado Gaspar Rosa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nesta legislatura uma voz daqui se ergueu congratulando-se com a Lei eleitoral vigente na Região Autónoma dos Açores, que permite e faculta a ligação permanente e apertada, Eleitor-Deputado, Deputado-Eleitor, associa a minha voz àquela.

Na execução da codificação dos deveres de Deputado e, na continuação do esforço perseverante do fazer Razão e Direito a cada eleitor, os Deputados do Partido Social Democrata - PSD - eleitos pelo círculo do Pico, visitaram recentemente as freguesias da Piedade e Calheta de Nesquim, no Concelho das Lajes do Pico.

Freguesias com semelhanças sociais, culturais e económicas, a primeira destacando-se na área agrícola e pecuária como o celeiro da Ilha, a segunda na destreza, bravura e paixão dos seus filhos, na tão recente e para sempre saudosa caça da Baleia, principal e eficaz motor de desenvolvimento económico. Ambas porém com o signo comum, situadas na denominada Ponta da Ilha.

Povoadas por pessoas de vontade férrea, souberam forjar e construir ao longo dos anos conjuntamente com os poderes Constituídos, infraestruturas, que fazem que o dia de amanhã seja mais aceitável que o de hoje. Constata-se o inegável porque evidente progresso dos últimos anos. No entanto toda a vivência destes pequenos aglomerados torna-se efectivamente interdependente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Atingida e ultrapassada já há muito a necessidade mais elementar do homem, a necessidade de sobrevivência: alimentar-se, alojar-se, vestir-se, deslocar-se. Estas

necessidades muito estreitamente ligadas ao ambiente físico do homem, são as mais fortes porque têm de ser satisfeitas em absoluto.

Nesta hierarquia de necessidades múltiplas, a necessidade de deslocar-se não está completamente realizada e assegurada, porque em quase todas as ruas destas localidades é ameaçada a integridade física dos transeuntes tal o estado de má conservação dos seus arruamentos.

Concretizo e exemplifico, a Canada do Morro da Freguesia da Calheta de Nesquim, tem sido protagonista não de passeios calmos relaxantes, reparadores, porque detentora de uma visão panorâmica influenciadora, capaz de despertar a sensibilidade mais cristalizada, mas protagonista sim de acidentes físicos variados, alguns graves.

A freguesia da Piedade possui aproximadamente 52 Km de arruamentos entre habitações, apenas tem 6 Km pavimentados com betão betuminoso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo.

Está sobejamente demonstrado que o investimento mais oneroso porque de resultados negativos, aplicado na conservação e reparação das estradas é a pavimentação em terra batida, devido sobretudo à frequente e forte pluviosidade que destrói e facilmente mostra a nudez cortante das pedras, cenário predominante que se desfruta ao percorrer estas localidades.

Entendemos, que o desenvolvimento de um Concelho passa obrigatoriamente pelo investimento na criação e melhoria das infraestruturas de modo a proporcionar a todos um espaço de qualidade.

Há que fazer, actuar e pugnar para que todo o Concelho possa atingir os mesmos graus e níveis de desenvolvimento. A não ser que se possua, por quem administra o município, uma visão do mundo totalmente estática.

Numa época em que se acelera, se procura solução de melhoria, quem tem por dever acelerar e procurar soluções, produz visões muito acanhadas do futuro.

Numa época em que se anuncia e vislumbra a transição da sociedade industrial de abundância, para o despontar da sociedade baseada na Educação e no saber, não será certamente esta visão, este testemunho que os responsáveis Camarários, quererão proporcionar e transmitir aos nossos concidadãos destas freguesias, mas concerteza

doar um espaço melhor e mais saudável, deixando para as gerações futuras um Concelho em que se revejam, acreditem e orgulhem, prossecutores e defensores da ideia, que nunca há problemas urgentes, mas apenas e simplesmente pessoas que estão em atraso.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na última sessão legislativa foi aqui nesta Câmara levantada uma questão que, quanto a nós, é de importância vital para Santa Maria, tendo em conta a necessidade que há, de urgentemente, se fazer alguma coisa, que venha a contribuir para a criação de postos de trabalho, permitindo deste modo a fixação de pessoas na ilha. Tendo em conta que foram dispendidas verbas significativas na sua construção não deixa de ser também um problema da Região. Refiro-me concretamente, à Zona Franca de Santa Maria

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Outra vez!

**O Orador:** Criada pelo Decreto Lei 34/82 de 4 de Fevereiro, para compensar os marienses pelos prejuízos causados pela aplicação da Resolução nº 36/80 (Definição da Política Aérea), aquela que preconizava que as escalas técnicas seriam em Santa Maria e que os voos comerciais iriam para a Terceira, tem servido para viabilizar coisas, menos para melhorar as condições de vida daqueles que persistem em viver naquela que foi a primeira ilha a ser descoberta e a 1ª Capital dos Açores.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Foi sim Senhor!

**O Orador:** Antes de continuar com o assunto que inicialmente expus, não poderei deixar de nesta hora, em que os marienses, mais uma vez sentem, que o Governo Regional se prepara para lhes fazer mais uma injustiça, e sendo assim, alerto os nossos governantes para a necessidade que há de se fazer cumprir duma vez para todas, as orientações contidas na Resolução que definiu a Política Aérea dos Açores,

que no seu ponto nº 5 diz que "O Aeroporto de Santa Maria será mantido em funções de Aeroporto alternativo e também para escalas técnicas". Adianta ainda que "Para que as funções possam ser preenchidas com dignidade e eficácia proceder-se-á de imediato à remodelação da Aerogare", o que não foi feito como seria desejável.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos últimos dias tem vindo para a opinião pública a questão se as escalas técnicas deverão ser feitas nas Lajes ou em Santa Maria, o que não entendo. Afinal houve ou não definição da Política Aérea? As resoluções fazem-se para serem cumpridas ou só para constar? Como é que se pode admitir que o Senhor Director Regional dos Transportes Aéreos venha afirmar que só o "Aeroporto das Lajes tem as condições ideais" quando se sabe que existe uma resolução na qual se determina que as escalas técnicas devem ser feitas em Santa Maria? É verdade que se aproximam eleições...

**Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal):** Só em Santa Maria!

**O Orador:** Mas em Santa Maria nós ganhámos, não temos problema!

...é necessário contentar as ilhas que têm mais votos, por isso para o Governo Regional só há uma solução: é retirar de Santa Maria aquilo que em outros tempos defendeu: As escalas técnicas em Santa Maria. Quando afirmo que o Governo Regional preconiza o que atrás refiro é, porque julgo que o Senhor Director Regional dos Transportes Aéreos está mandatado pelo Senhor Secretário, responsável por este pelouro para dizer aquilo que disse. Mas será mesmo que o Senhor Director sabe o que diz? Será verdade que a Terceira vai perder 50 mil contos/mês? Duvido, tendo em conta que a SATA em Santa Maria, no ano de 92 assistiu a 567 escalas técnicas e recebeu aproximadamente 75 mil contos. Parece-me que as contas estão mal feitas: a pessoa que as fez deve ter contabilizado petróleo que não fica na Região e tudo o mais possível e imaginário. Em relação às estruturas turísticas (a não ser S.Miguel) infelizmente nenhuma das nossas ilhas as tem; mas, boites, cafés, restaurantes, gente simpática, bom clima, um bom aeroporto, hotel novo, residenciais, Santa Maria tem. Cumpram o que prometeram e deixem de prejudicar ainda mais aqueles que querem continuar a viver lá. É a altura de parar com a "sangria".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voltemos agora à questão inicial, ou seja, à Zona Franca.

Em 1984, e ainda como forma de calar os marienses, inicia-se a construção de um Porto (que partiu 3 vezes, espero que se vá mantendo) e desde o primeiro momento sofreu a contestação da maioria das forças vivas da ilha, umas vezes devido à sua localização e outras devido à sua dimensão, tendo em atenção que já nessa altura existia a Zona Franca (legislação).

O Porto foi feito para servir as necessidades da ilha, foi o que na altura foi dito. E por esta razão acuso o Governo Regional de ter construído, de má fé, um Porto que não serve uma ilha onde a Zona Franca, assume papel muito importante no tocante ao seu desenvolvimento económico. Santa Maria não podia ter todas as condições pois outros locais poderiam também ser contemplados e ao mesmo tempo era a preparação para a criação das sub-zonas, ou extensões territoriais ou ainda unidades produtivas fora da Zona Franca, enfim o que lhe quisessem chamar.

Em 1987 é aprovado aqui nesta Câmara o Decreto Legislativo Regional 19/87/A, de 28 de Novembro que quanto a nós é ilegal e inconstitucional porque altera o Decreto Nacional que regulamenta os incentivos fiscais o que não pode acontecer.

Por esta razão achamos que este Decreto deve ser revogado e como sabemos de antemão, que todos os Senhores Deputados quererão emendar aquilo que porventura estiver mal feito, vamos apresentar um projecto de Decreto Legislativo Regional, que terá como finalidade repor a verdade e fazer justiça a Santa Maria, pois irá anular, como disse anteriormente, o Decreto Legislativo 19/82-A, que criou indevidamente as sub-zonas, e com propósitos obscuros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Durante o período que mediou entre a última sessão legislativa e hoje, procurei obter mais alguns dados com os quais vou tomando cada vez mais consciência de pormenores que me deixam deveras preocupado.

Verifiquei, por exemplo, que todas as empresas que usufruíram dos benefícios provenientes das isenções na Conservatória do Registo Comercial, no Registo Nacional de Pessoas Colectivas e ainda no Cartório Notarial, estão relacionadas com o Governo Regional, por intermédio do IIPA ou com a ZOFRAM.

Senão vejamos: a SOGEO teve uma isenção de 6 mil contos no Conservatório do registo Comercial; no Cartório Notarial 18 mil contos e no Registo Nacional de

Pessoas Colectivas 10 mil contos. A ZOFRAM 58 mil escudos no Registo Comercial e 76 mil no Registo Nacional de Pessoas Colectivas

A INTERVEN, uma pequena quantia (23 mil escudos). Mas, a IMAÇOR, outra das firmas lá inscritas, teve 314 mil escudos na Conservatória do Registo Nacional e no Registo Nacional de Pessoas Colectivas 499 contos. Ou seja, um total de isenções de aproximadamente 36 mil contos.

Talvez seja melhor e para que não restem dúvidas e que não digam que o PS acredita em boatos, explicar como o Governo e a ZOFRAM estão relacionados com estas empresas.

A SOGEO, como é do conhecimento público, é empresa pública e não há dúvida do envolvimento do Governo Regional, o mesmo acontecendo com a ZOFRAM onde o Governo tem 23,75% do capital; na IMAÇOR participou com 13 mil contos no aumento de capital e finalmente a INTERVEN tinha como administrador um administrador da ZOFRAM.

Também na última sessão se pôs a questão que só uma das empresas é que estava a laborar fora da Zona Franca o que não é verdade, pois empresas como a MICROAÇOR, HORTENSIA, EDIMECÂNICA, CARREIRO E COURT LDA, etc, estão a fazê-lo. Se alguém tiver dúvidas é ir à lista telefónica.

São realidades das quais ninguém pode fugir.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é da minha competência e nem tão pouco me fui informar se as empresas tinham usufruído dos benefícios Fiscais, Aduaneiros e Financeiros, tais como isenção de IRS e IRC, subsídios de formação, etc. Graças às oportunidades que existem a DTS (firma que usufruiu dos programas do FSE) resolve fechar as suas instalações em Santa Maria e Terceira. Esta firma está inscrita na Zona Franca no entanto irá continuar as suas actividades em S. Miguel. Então o que é isto? Acontece que ao consultar as empresas que tinham sido seleccionadas para o programa SIBR constatei que, das cinco, duas delas estavam relacionadas com a Zona Franca e de uma outra nunca tinha ouvido falar. Elas são:

**EDIMECÂNICA** - Empresa instalada no Parque Industrial da Ribeira Grande e registada na Zona Franca de Santa Maria, com a actividade de **Fabrico de Veículos**

a **Motor**, (não sabia) recebeu um incentivo de **33%** do investimento no valor de 48.039.000 contos.

**Secretário Regional do Turismo e Ambiente** (Eugénio Leal): E foram utilizados!

**O Orador:** Os Srs. é que sabem para quem distribuem!

**SANTA MARIA - EMPRESA CERÂMICA LDA** - esta não fez nada, porque não vejo lá obra nenhuma, mas teve um incentivo de 250.000 contos.

**COPENEX, Produtos Geológicos Lda** -...

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Ah, também não sabia?! Eu também fiquei sabendo agora!

**O Orador:** ...não se conhece semelhante firma em Santa Maria e não está sequer registada na Conservatória do Registo Comercial, mas no entanto tem um incentivo de 289.000 contos. É necessário que o Governo esclareça se esta é uma empresa "fantasma" como tantas outras que foram criadas por este país fora, só com objectivo de receber benefícios à custa do erário público e em boa análise do bolso de todos nós.

É possível que nem todas tenham recebido as verbas aqui apresentadas, mas a questão é esta: porque se publicam estas verbas no Jornal Oficial, se calhar sem o processo estar completo?

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** É para inglês ver!

**O Orador** Ah é? Esqueci-me de pôr isso aqui. mas então fica "para inglês ver"!

Há falhas na sua elaboração? Ou isto é mais ou menos pela cor dos olhos ou da bandeira? Certamente a intenção era tentar enganar mais uma vez os marienses em véspera de eleições.

**Basta. Nós estamos cansados de sermos injustamente ofendidos, enganados, desmotivados e por essa razão os marienses todos, seja qual for o seu partido, têm o direito de exigir que o que foi feito para Santa Maria seja lá aplicado. O Governo Regional faz por vezes aprovar legislação nesta Casa, que posteriormente põe de lado, fazendo o que bem lhe apetece. Será esta a postura correcta para um Governo que diz desejar o desenvolvimento harmónico de todas as ilhas? E esta Assembleia, nada pode fazer? Será que ficando calada é a maneira de a dignificar?**

A situação que se vive, em relação à Zona Franca e que tenho conhecimento (por enquanto), é a atrás referida.

Não acham os Senhores Deputados que é chegada a altura de perguntar ao executivo, quem é o responsável, além dele próprio, por tudo o que se passou? É ou não a hora do Senhor Secretário das Finanças demitir o Senhor João Gago da Câmara do Conselho de Administração da ZOFRAM? O que se viu foi aquele Senhor fazer algumas viagens a países longínquos. Julgo que uma pessoa que não acredita numa Zona Franca situada na Ilha de Santa Maria, não deve permanecer no seu Conselho de Administração. Também para o Senhor Secretário das Finanças uma informação: **Parece que a ZOFRAM se prepara para contrair um empréstimo.**

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Outro?

**O Orador; Gostaríamos de saber para quê? Possivelmente será para pagamento de ordenados.**

Para terminar, vamos supor, que tenha havido empresas, que ao abrigo do Decreto Legislativo Regional 19/87-A, usufruíram de regalias e que agora são obrigadas a repôr as verbas de que foram indevidamente isentas. A quem vão estas empresas pedir responsabilidades?

Os Deputados do Partido Socialista sugerem que esta Assembleia aprove o Projecto de Decreto Legislativo que nos próximos dias será presente a esta Câmara e julgam que é chegado o momento do Governo Regional começar a cumprir o que nesta Assembleia se vai aprovando.

**A Legislação da Zona Franca e a que definiu a política aérea foram propostas pelos anteriores Governos que tiveram sempre como Presidente o Dr. João Bosco Mota Amaral e os Deputados que compunham (alguns deles ainda estão aqui) as anteriores Assembleias num caso aprovaram, noutro tiveram conhecimento e deram o seu aval. Hoje, nós que aqui estamos devemos exigir que o Governo cumpra com aquilo que na altura propôs e foi aprovado, nesta Casa.**

Disse.

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos para prestar esclarecimentos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É simplesmente para prestar um esclarecimento e pedir alguns sobre diversas questões que foram levantadas.

Quanto à questão das empresas, eu julgo que fui bastante claro da última vez e devo dizer que estou de acordo quanto à legalidade que deve ser reposta imediatamente.

Portanto, nesta parte não estamos em desacordo.

Quanto ao cumprimento da Resolução 36/80, julgo que também fui claro ontem na minha intervenção. Ou seja, com o cumprimento da resolução e daquilo que foi definido na altura, simplesmente existe uma pequena "nuance" que é em defesa da Ilha de St<sup>a</sup>. Maria, para quando nós tivermos as condições necessárias, aplicá-las na sua totalidade, para não correremos o risco, e aliás o Sr. Deputado conhece bem qual é. Já ontem o Sr. Deputado fez algumas perguntas sobre algumas companhias que teriam deixado de utilizar St<sup>a</sup>. Maria para irem para outros aeroportos. Nós próprios sabemos que eles chegam lá, fazem os seus contactos no hotel e depois algumas dessas companhias nem sequer ficam na Região, vão para o estrangeiro. Portanto, isto são conhecimentos que nós temos localmente.

Quanto à remodelação da aerogare, devo dizer-lhe que na altura foram feitas algumas obras lá. Mas não nos podemos esquecer que estas são da inteira responsabilidade da ANA-EP.

Na altura foram pedidas algumas obras que até foram feitas pelo próprio Governo Regional, entre as quais recordo-me que, por exemplo, o aeroporto que foi durante 30 anos um aeroporto internacional, por essa altura ainda não dispunha duma passadeira de bagagem, que depois foi fornecida pelo Governo, bem como a respectiva montagem. Houve ainda outros arranjos no interior da aerogare, em que alguns deles foram suportados directamente pelo Governo.

Quanto à chamada de atenção de que falou aí, concretamente em declarações de 50 mil contos, por aquilo que li, as declarações sobre os 50 mil contos não foram feitas por nenhum membro do Governo.

Certamente que as pessoas que falaram nessa quantia, são pessoas ligadas a alguns negócios locais e que têm todo o interesse em valorizar as verbas que são movimentadas. Portanto, não foi nenhum membro do Governo que referiu este número.

Quanto às verbas que mencionou sobre o SIBR, é preciso ver que o SIBR não é nenhum apoio financeiro dedicado à Zona Franca. É um apoio financeiro que é dado à indústria, independentemente da localidade onde ela se instala.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Percebeste?!

**O Orador:** É um apoio financeiro da CEE, não é vocacionado para empresas que se instalem na Zona Franca. É para qualquer empresa.

Trata-se dum apoio financeiro que se dá à indústria. Ou seja, o Sistema de Incentivos de Base Regional, não tem qualquer relação directa com a Zona Franca.

Quanto a todos ou outros, e alguns deles eu tinha conhecimento, aí sim, estou completamente de acordo que haverá situações em que na parte dos emolumentos e na parte das escrituras, houve benefícios na legislação baseada na Zona Franca e que é uma situação que ter-se-á que ver de futuro o que é que vai acontecer.

O Sr. Deputado referiu que o Governo deveria demitir, ou o Sr. Secretário Regional das Finanças, deveria demitir o Sr. João Gago da Câmara, quanto a mim tanto "me aquece como me arrefece" que ele seja demitido!

Porém é preciso ver isto sob o aspecto legal. O Sr. João Gago da Câmara não representa o Governo Regional nem tem nada a ver com o executivo, porque o sócio maioritário é privado (cerca de 75%). Portanto, o Sr. Secretário das Finanças não pode entrar pela empresa dentro e dizer "- O Sr. a partir de amanhã está demitido!", pois ele não tem a maioria lá dentro. Ele é apenas o delegado do sócio maioritário.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que terminasse, pois o seu tempo esgotou-se.

**O Orador:** Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado José Humberto Chaves e, ao contrário da que eu fiz ontem, é uma intervenção de âmbito de ilha e de interesse de ilha. É aquilo a que se pode chamar um discurso bairrista e não um discurso de interesse regional.

Há um ditado popular que diz que há "pessoas que não comem e não deixam comer". E nessa perspectiva gostaria de lhe perguntar se, perante os factos que foram trazidos ontem a esta Câmara - que estavam comprovados com documentos - de havendo companhias, como as há, que por qualquer razão ou por qualquer circunstância, independentemente da companhia que for, não querem operar no aeroporto de St<sup>a</sup>. Maria, perante essa situação e perante esses operadores, pergunto-lhe, se a sua perspectiva é de que elas operem em regiões estrangeiras, ou que operem no aeroporto das Lajes se assim o entenderem?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de fazer alguns esclarecimentos à intervenção do Sr. Deputado José Humberto Chaves, certamente que o tempo não me permitirá fazê-los todos, por isso vou tentar fazer aqueles que julgo mais importantes.

O primeiro que gostaria de referir, é que de facto parecia-me que este Partido Socialista era um partido que defendia a economia de mercado. E como tal, respeitava os interesses ou que respeitava os capitais privados que os sócios ou accionistas nelas detinham.

Verifico e constato que, ao fim e ao cabo, pela voz do Sr. Deputado, se pode concluir que este Partido não respeita o capital privado dos investidores e vem agora exigir ao Governo, que demita um representante numa empresa que é privada, que é de capitais mistos, mas essa pessoa representa o accionista maioritário, como já foi aqui referido.

No que diz respeito aos apoios concedidos no âmbito do SIBR, gostaria de referir que se trata dum sistema de incentivos comunitário, apoiado com verbas comunitárias, e que os seus processos são instruídos e apresentados a nível nacional e que portanto, são aprovados conjuntamente com os projectos nacionais.

Se há alguma irregularidade - admitimos que possa haver alguma irregularidade processual - mas são instruídos de acordo com legislação e os apoios financeiros que são concedidos, e as publicações das resoluções do Conselho do Governo, as verbas que aí se referem reportam-se aos montantes **concedidos** e não aos montantes efectivamente pagos nessa altura. O que quer dizer que a uma empresa pode ter sido concedido um apoio financeiro que ainda não tenha, inclusivamente iniciado a construção das suas infraestruturas e que as beneficiará ao longo do tempo previsto, de acordo com a legislação.

Gostaria também de referir que as intervenções relativamente ao problema das escalas técnicas, são motivo de congratulação da minha parte aos Deputados do PSD - ontem aqui feitas - Jorge Valadão e José Maria Bairos, por terem colocado acima de tudo, o interesse regional nesta questão, apesar de eleitos por ilhas diferentes e por estarem em causa interesses dessas ilhas, tiveram acima de tudo, os espírito regional.

É uma situação, Srs. Deputados, que eu gostaria de mencionar mais uma vez e congratular-me e louvar a vossa atitude.

Acima de tudo, está o interesse regional e, logicamente, depois, se houver interesses das respectivas partes e das respectivas ilhas, certamente que deve ser dado cumprimento à resolução.

**Presidente:** O Sr. Secretário tem mais um minuto.

**O Orador:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria dizer que quem exige condições para fazer as escalas técnicas não é o Governo. São os operadores que muitas vezes querem saber o número de camas existente, se existem hospitais ou não e outras infraestruturas.

Portanto, não é o Governo que impõe essas situações.

E quem está a autorizar também não é Governo Regional.

A alternativa ao aeroporto de St<sup>a</sup>. Maria, que está a ser a Base das Lajes, não é autorizada pelo Governo, mas sim pela Direcção Geral de Aeronáutica Civil.

Também gostaria de dizer que o diploma que o Sr. Deputado refere sobre a Zona Franca, acredito que possa estar ferido de alguma inconstitucionalidade, mas é

importante que aqui se refira que esse diploma foi aprovado por unanimidade nesta Câmara.

Finalmente, gostaria de repudiar a afirmação do Sr. Deputado ao dizer que o Governo agiu de má fé na construção da infraestrutura portuária do porto de Vila do Porto!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves para prestar esclarecimentos.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As obras que foram feitas na aerogare, consistiram na colocação duma passadeira e os sanitários. Foram estas as obras feitas no aeroporto de St<sup>a</sup>. Maria pelo Governo Regional. Talvez com a colaboração da direcção do aeroporto. Se calhar deram alguma pintura nalgum lugar.

Meus amigos, quando eu digo que o Sr. João Gago da Câmara tem que sair do conselho de administração, é porque esse Senhor contraria e "goza" com este Governo Regional, quando diz que St<sup>a</sup>. Maria há-de ter uma "zoninha"!

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Já não é mau!

**O Orador:** Não é mau, mas não é isso que se pretende!

Eu acho que esse Governo Regional quando fez a legislação, disse que a Zona Franca de St<sup>a</sup>. Maria era lá!

*(Aparte inaudível do Secretário Regional do Turismo e Ambiente)*

**O Orador:** O Sr. é livre de dizer aquilo que quiser. E eu também sou livre de dizer o que quero, pronto!

**Presidente:** Sr. Deputado e Sr. Secretário, agradecia que não estabelecessem diálogo.

**O Orador:** Eu é que estava a falar. Quando o Sr. Secretário esteve a falar eu não falei. Estive sempre calado, só ouvi. Portanto, agora acho que é altura de ele também se calar!

**Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal):** As imprecisões são tão grandes, Sr. Deputado, que não se podem deixar em claro!

**O Orador:** O Decreto-Lei 84/93, de 18 de Março (é de agora), diz pela primeira vez assim:

"As entidades instaladas na Zona Franca da Madeira e da Ilha de St<sup>a</sup>. Maria...", isto pela primeira vez, já não é só St<sup>a</sup>. Maria.

E depois no ponto seguinte diz assim:

"a) as entidades instaladas na **zona demarcada industrial respectiva**, etc, etc.". É novo, é de 18 de Março.

Eu sei que o SIBR é um programa que existe para diversas empresas. O que me admira é o Governo Regional dê, por exemplo, à EDIMECÂNICA, que é uma empresa que está ilegalmente no Parque Industrial da Ribeira Grande, que está **inscrita** na Zona Franca de St<sup>a</sup>. Maria e o Governo atribui 48 mil contos, meus Senhores!

Isto é que eu acho que não está bem!

Agora só me falta saber uma coisa - que já estou a tentar saber - ou seja, é saber se as duas firmas que compõem a EDIMECÂNICA têm donos e quem são eles!

Em pouco tempo já se vai saber!

Em relação ao que disse o Sr. Deputado Jorge Valadão, que uns deixam comer... outros não deixam..., mas quem é que comeu até agora?! Foi o pessoal da Terceira!

Nós quando "levámos" com esta resolução "nas costas", não comemos nada!

Agora chegou a altura de St<sup>a</sup>. Maria também comer! Então deixem comer!

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Só se for um borrego!

**O Orador:** Também é bom!

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Assado!

**O Orador:** Agora o Sr. Secretário diz-me aqui que afinal as escalas técnicas não têm nada a ver com o Governo.

Então, meus amigos, na altura que fizeram essa resolução, que disseram que uns voos eram para a Terceira e outros eram para St<sup>a</sup>. Maria, com que competência é que fizeram isso se não a tinham?!

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Então não tinham?!

**O Orador:** Tinham o quê?! E já não têm agora?!

Ah, quer dizer, pode-se fazer tudo o que se quiser então!

Muito obrigado.

**Presidente:** Depois desta intervenção do Sr. Deputado José Humberto Chaves com alguma linguagem metafórica que se assinala, o Sr. Deputado Jorge Valadão pretende usar da palavra...

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** É para pedir um esclarecimento, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Humberto Chaves:

V. Ex<sup>a</sup>. não respondeu à minha pergunta.

Eu só perguntei qual era a sua posição, relativamente ao facto de haver certas operadoras que, por qualquer razão, não pretendendo utilizar o aeroporto de St<sup>a</sup>. Maria, se acha ou prefere que elas operem na Ilha Terceira ou se acha que elas devem ir para as Canárias ou outra região qualquer?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves para responder.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para dizer ao Sr. Deputado Jorge Valadão que as companhias aéreas não vêm aqui para os Açores pelos nossos bonitos olhos, nem pelos terceirenses nem pelos marienses. Elas vêm pelo lugar que é mais barato, onde gastam menos combustível, etc, etc.

Portanto, se elas virem que têm que ir para as Canárias, porque gastam menos combustível, vão para lá.

Ir para a Terceira ou ir para St<sup>a</sup>. Maria é a mesma coisa nesses termos.

Mas o Sr. Deputado José Maria Bairos ainda ontem defendeu essa questão, ou seja, de que haveria um tempo de transição.

Agora ponho-lhe eu a pergunta ao contrário: se houver um tempo de transição e se St<sup>a</sup>. Maria estiver bem, o que é que o meu amigo me diz: concorda que os voos vão para lá?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão para responder à pergunta que lhe foi feita pelo Sr. Deputado José Humberto Chaves.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Humberto Chaves:

A minha questão é só esta:

Uma vez que não há mecanismo nenhum que possa impedir as operadoras de optarem por outras regiões, que se deixe aquelas que porventura não queiram operar em St<sup>a</sup>. Maria, operarem na Ilha Terceira, porque no fundo está aqui em causa o interesse regional.

Entre eles deixarem o seu dinheiro (em dólares) no estrangeiro e aqui, então que o deixem cá!

Esta é a minha postura que é diferente da sua. A minha postura é regional e a sua é uma postura de ilha.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu julgo que estamos na **Região Autónoma dos Açores**, que vai desde St<sup>a</sup>. Maria ao Corvo.

St<sup>a</sup>. Maria também pertence a esta Região. Portanto, eu ao tratar dos assuntos e ao pugnar pelos interesses de St<sup>a</sup>. Maria, também estou a pugnar pelos interesses da Região.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida para uma intervenção.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A grave crise económica que o mundo atravessa não tem nem irá certamente passar ao nosso lado.

É uma crise que vem alterando de uma forma muito profunda os circuitos comerciais tradicionais, colocando os agentes económicos "a braços" com a concorrência de produtos vindos do exterior, em muitos casos com níveis de qualidade inferiores, mas sustentados por campanhas de marketing tremendamente agressivas.

Não bastassem os reais problemas do mundo onde vivemos, também assistimos no dia a dia à imagem tempestuosa, revolucionária e bélica que quase gratuitamente nos é entregue pela comunicação social.

Conscientes dos problemas que a Região atravessa não podemos certamente querer importar o ambiente instável e anti-progressista, servindo-nos apenas para assumir a postura pacífica de aguardar para morrer abafados.

Sabemos contudo que é possível protegermo-nos em vez de gritarmos insistentemente sobre o que nos aflige.

Inseridos num mercado devastador e altamente competitivo sã nos faltava a coragem de sermos carrascos da nossa própria economia.

Quero assim referir-me, aos péssimos trabalhos prestados por alguns pseudo-responsáveis regionais, à região que tanto queremos ver mais desenvolvida.

Insuficientes seriam de considerar os nossos problemas de dimensão, produtividade, capacidade competitiva, limitações resultantes do nosso afastamento do mercado, para além disso aparecerem alguns políticos e empresários a pôr em causa a qualidade daquilo que produzimos, denegrindo irresponsavelmente o resultado de muitos anos de trabalho e de reconhecimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Não é legítimo apregoar a qualidade, exigir dos responsáveis governamentais os apoios à comercialização dos nossos produtos tradicionais, fazer crer junto das instâncias comunitárias que necessitamos de financiamentos para certificar e identificar os nossos produtos para depois a troco de algum tempo de antena e lugar de destaque na vida regional se venha infantilmente pôr em risco o que suporta a nossa economia, o que precisamente, podemos exportar.

É, preciso que, da confusão da crise económica, nenhum dos intervenientes perca a noção do seu lugar e das suas responsabilidades:

Ao Governo o que é do Governo.

Aos agentes económicos o que a eles pertence.

Internamente, e usando os meios próprios é justo questionar sobre o que nos aflige, participar e propor na sua resolução, mas das portas para fora para esse tal mercado que nos arrasa não há lugar para defender duas damas.

É preciso apenas fazer vingar os Açores e a qualidade de que somos capazes.

Temos de ter a consciência, que somos capazes de fazer aquilo que os outros, os nossos concorrentes, não fariam se aqui vivessem.

Defender o que é nosso não fica mal nem passa de moda.

Se não somos capazes de nos convencer a nós próprios como o poderemos fazer com os que nos compram os produtos, com os que nos visitam?

Nas bocas do nosso mundo regional e felizmente que por enquanto apenas nesse, têm sido levantadas dúvidas sobre a qualidade da nossa carne, do nosso leite, do nosso queijo.

Se nada temos que preste, ou se assim pensamos, apesar dos outros não pensarem, vamo-nos sentar e esperar que nos paguem para envelhecermos depressa.

Não é justo que se use o Governo para bode espiatório de algumas incapacidades empresariais.

Vamos sim exigir dele o que lhe compete.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os agricultores, não precisam que o Governo seja o seu banco privativo que pague pela ineficácia de alguns.

Querem apenas as condições para produzir a melhor qualidade e que se garanta a mesma, desde a exploração agrícola até ao consumidor final.

É necessário apenas que se atribua o prémio a quem produz, transforma ou comercializa melhor e deixar os restantes à mercê da selecção do mercado, sem protecctionismos.

São necessários, além do planeamento os apoios para que as organizações de produtor entrem e permaneçam no mercado e elas mesmo o conheçam, se responsabilizem e possam competir.

Aos órgãos da Comunicação Social um apelo:

A imagem dos Açores passa pelo seu trabalho e a eles cabe também o progresso e desenvolvimento da Região.

Não queiram eles, ser arautos da desgraça e da desconfiança porque é também através deles que os de fora nos conhecem.

Que aqui fique a mensagem:

Por favor, saibamos apreciar o que é nosso.

Temos de dar o exemplo.

Tenho dito.

*(Aplausos da bancada do PSD e do Deputado Fernando Lopes)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins.

**Deputado Manuel António Martins (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Foi com muita atenção que ouvi a intervenção do Sr. Deputado António Almeida.

Fixei uma ou duas afirmações dele que se podem traduzir no seguinte:

"Ao Governo o que é do Governo" e "Defender o nosso produto".

Eu perguntaria o seguinte:

Será que o nosso produto está defendido internamente e aquilo que é do Governo também?

Há organizações de ilha por essa Região que estão a trabalhar para a qualidade do produto final no sentido da sua colocação do mercado?

O Sr. Deputado sabe que cabe ao Governo - e ainda é tempo disso - de criar condições para ter produtos de marca e que já dão até uma certa imagem dos Açores, mas que padecem de garantia da colocação do produto interno.

A minha preocupação, neste momento, não é bem na perspectiva dos empresários nem a imagem final, para o mercado.

Eu penso - e vou acabar como comecei - que é do Governo a responsabilidade de criar condições internas para os produtos.

E mais uma vez deixo no ar a seguinte pergunta:

Será que nesta Região há organismos que dêem garantias ao nosso produto interno para que ele possa aparecer no mercado específico?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida para responder.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

De facto haverá sempre muito a fazer. Mas em relação à qualidade, informo o Sr. Deputado Manuel António Martins que foi criado no IAMA, recentemente, há cerca de dois meses, um departamento que vai tratar precisamente, da certificação dos produtos lácteos, bem como da carne.

Infelizmente, houve um contrasenso ou uma interferência nessa imagem, mas há preocupações nesse sentido e estão já técnicos a trabalhar no IAMA, não só para continuar a dar andamento à imagem de "marketing" que foi apoiada pelo Governo Regional, mas principalmente para certificar os produtos lácteos e a carne.

Esta actuação será efectuada em colaboração directa do IAMA com o INOVA que é um instituto que acaba de iniciar a sua actividade.

Quero também lembrar aqui que em matéria de certificação e de controle de qualidade, não caberá apenas a responsabilidade ao Governo.

Nesse aspecto, os agentes económicos, as organizações de produtores, no caso os agrícolas, têm um papel fundamental.

Para isso, lembro a criação da entidade certificadora, neste momento, da UNIQUEIJO na Ilha de S. Jorge que, de facto, deu um passo significativo no controle de qualidade e na certificação do queijo de S. Jorge.

É pena que não façam parte dessa União todas as cooperativas da ilha.

Obviamente muito deverá ser feito. E nesta matéria não deverá haver vergonha de darem os braços, o Governo, os agentes económicos e os produtores.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte para uma intervenção.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O artigo 64º da Constituição consagra a todos os portugueses o direito à protecção da saúde, sendo este direito realizado através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito.

O Serviço Nacional de Saúde, foi criado pela Lei nº 56/79 de 15 de Setembro e previa no seu artigo 62º relativamente aos Açores que o mesmo "será objecto de diploma especial informado pelos princípios constantes das presentes normas e pelos que decorrem da autonomia da Região".

É assim que, com a publicação do Decreto Regional 32/80/A de 11 de Dezembro, surge o Serviço Regional de Saúde e com ele a definição política do modelo do sistema de saúde na Região, modelo que em boa verdade não se diferenciou do adoptado a nível nacional, o que conduziu, em nosso entender, a que tenhamos um figurino desadaptado da nossa realidade geográfica.

A estrutura orgânica do Serviço Regional de Saúde compreende, a Direcção Regional de Saúde, o Conselho Regional de Saúde, órgão consultivo que nunca foi constituído, nem ouvido nem achado, as Comissões Coordenadoras dos Serviços de

Saúde de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta que também nunca viram a luz do dia, o Centro Hospitalar Regional que nunca foi implementado e finalmente os Centros de Saúde de âmbito concelhio que não obstante serem a pedra basilar dos chamados cuidados primários de saúde, só viram aprovado o respectivo regulamento cinco anos depois com o Decreto Regulamentar Regional nº 3/86/A, de 24 de Janeiro.

Mesmo assim, só três anos mais tarde se inicia o processo de entrada em funcionamento dos Centros de Saúde com a sucessiva nomeação dos respectivos conselhos de administração.

Em resumo: como já ficou demonstrado o modelo orgânico para o sector da Saúde na nossa Região está completamente ultrapassado, existindo mesmo um grande desfasamento entre aquilo que foi concebido já lá vão doze anos, e a situação actual.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a publicação da Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto - Lei de Bases da Saúde, definiram-se os grandes princípios a que deverá obedecer a política de saúde no nosso país.

Esta lei na sua Base VIII dispõe que "Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, a política de saúde é definida e executada pelos órgãos de governo próprio em obediência aos princípios estabelecidos pela Constituição e pela presente Lei". E, determina logo a seguir que "a presente lei é aplicável às Regiões Autónomas que devem publicar regulamentação própria em matéria de organização, funcionamento e regionalização dos serviços de saúde.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passados que são mais de dois anos e meio sobre a publicação desta Lei, não compreendemos nem aceitamos que o Governo Regional não tenha ainda produzido legislação para adequar a Lei de Bases à nossa especificidade regional. Aliás o actual titular do sector da saúde ao ser interpelado nesta Assembleia em Janeiro de 1991, sobre esta mesma matéria, afirmou que iria proceder à referida regulamentação no ano de 1991.

Os anos passam-se e questões essenciais ficam por definir.

Será que o Governo vai continuar a apostar nos Centros de Saúde de âmbito concelhio? Ou dever-se-á antes privilegiar a criação de unidades de saúde por ilha, permitindo uma mais criteriosa gestão dos recursos?

Será que o Governo pensa manter a "separação artificial entre cuidados primários e cuidados diferenciados que tem caracterizado negativamente o funcionamento do sistema"?

Ou dever-se-á privilegiar "a unidade do sistema e a continuidade técnica e administrativa dos cuidados"?

Qual o papel que está reservado ao sector privado de prestação de cuidados de saúde? Pensa o Governo poder vir a celebrar convenções com médicos e outras entidades privadas para a prestação de cuidados de saúde?

Estas questões e outras não menos importantes como sejam a política de recursos humanos, o financiamento do sistema, etc, carecem de uma definição urgente. Não nos esqueçamos que a Lei de Bases de Saúde está em vigor e que os órgãos de governo próprio da Região têm de pautar a sua actuação no respeito pelos princípios nela estabelecidos. É portanto uma Lei aplicável à Região Autónoma dos Açores. Contudo, dada a nossa especificidade regional, a nossa realidade económica e social e a nossa dispersão geográfica, a lei reconhece aos órgãos de governo próprio a faculdade de elaborar regulamentação própria em matéria de organização e funcionamento dos serviços.

É isto que está por fazer!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um dos elementos mais controversos do nosso Serviço Regional de Saúde, é o chamado "médico de família", designação essa que derivou possivelmente da relação personalizada que se pretende dever existir entre os médicos e os utentes e respectivas famílias.

Contudo esta figura não tem consagração legal e muitos dos que a usaram em determinada altura de forma emblemática, hoje perante os escolhos encontrados, já a vão deixando cair em desuso.

O "médico de família" não é mais do que o médico da carreira de clínica geral que presta serviços nos Centros de Saúde. Trata-se de um profissional habilitado para

prestar cuidados de saúde primários a indivíduos e famílias, exercendo a sua actividade em termos de generalidade e continuidade dos cuidados e de personalização das relações com os assistidos.

A relação personalizada é promovida principalmente da seguinte forma:

- a cada médico é confiada uma população de 1500 utentes nominalmente designada em lista;
- a inscrição em lista obedece ao princípio de livre escolha do médico pelo utente;
- deve privilegiar-se a inscrição familiar.

Passemos agora a analisar, ainda que de forma sucinta, como os serviços foram organizados e se encontram a funcionar.

Quando em 1990/91, o Governo determinou que se iniciasse o processo de inscrição dos utentes dos Centros de Saúde em listas, já sabia antecipadamente, que a Região só dispunha de 124 médicos de clínica geral e que logo à partida 52.000 pessoas ou seja cerca de 22% da população dos Açores não iria ter possibilidades de se inscrever no tal "médico de família".

Mesmo assim preferiu correr este risco, mas não providenciou no sentido de serem encontradas soluções alternativas que pudessem ter colmatado a falta de médicos de clínica geral que já se sabia existir.

A solução foi fazer da lei letra morta e pressionar os médicos a aceitarem mais utentes do que deviam. E, se alguns Centros de Saúde de mais reduzida dimensão não tem problemas de maior, outros há onde já há muito se atingiu o ponto de ruptura. Refiro-me por exemplo ao Centro de Saúde de Ponta Delgada onde existem mais de 27.000 utentes sem médico e ao de Angra do Heroísmo onde se encontram cerca de 8.000 utentes nas mesmas circunstâncias.

É óbvio que quando estas pessoas necessitam de cuidados médicos, restam-lhes duas hipóteses: ou recorrem à clínica privada ou vão para o serviço de urgência dos Hospitais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De acordo com os últimos dados estatísticos de que dispomos, em 1991 o número de consultas nos Centros de Saúde sem internamento, teve um decréscimo de 8,7%, ou seja, menos 15.243 consultas dadas. Isto apesar de haver precisamente o mesmo

número de médicos 125. No mesmo período as urgências nos hospitais aumentam de 84.743 para 95.267, portanto, um acréscimo de 6.044 urgências. Aliás, está provado que sempre que existe uma rotura a nível dos cuidados primários, corresponde um estrangulamento nas urgências.

Curiosamente tudo isto acontece quando se implementam as listas de utentes nos Centros de Saúde.

Mas se as pessoas recorrem à clínica privada, têm naturalmente direito a serem reembolsadas. É aqui que reside uma das situações que eu considero mais vergonhosas no nosso Serviço Regional de Saúde. Por uma consulta de clínica geral os utentes recebem de reembolso, imaginem, 150\$00. Se a consulta for de especialidade recebem entre 225\$00 e 450\$00, conforme a especialidade. E, inacreditavelmente estes montantes não sofrem alterações desde 1981, já lá vão quase doze anos. Em muitos dos casos se se considerar o preço dos transportes públicos e o tempo que se perde, não compensa as pessoas deslocarem-se ao Centro de Saúde para receberem o reembolso.

E, com este "negócio" ganha toda a gente menos os utentes. É lamentável!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Para aqueles que conseguiram inscrição no chamado "médico de família" a situação está muito longe de ser a ideal.

Continuam a esperar por uma consulta mais de dois ou três meses.

Esperam para obter uma simples receita de medicamentos.

Se pretendem consultar um especialista esperam para que o seu médico lhe passe uma requisição. Uma vez consultados pelo especialista, se este entende pedir um elemento complementar de diagnóstico, uma radiografia por exemplo, para que o utente possa ir mostrar ao especialista o resultados da radiografia tem novamente de esperar que o seu médico de família passe nova requisição.

E se o utente não se quiser sujeitar a tudo isto?

Já conhecemos a resposta - Clínica privada e reembolsos de miséria.

Finalmente algumas considerações quanto ao princípio da "livre escolha do médico pelo utente" e do "dever privilegiar-se a inscrição familiar".

Este sistema, dado o défice de médicos de clínica geral existente, e os limites impostos pela lei, jamais permite que, este princípio fundamental que deve reger os cuidados personalizados, seja aplicado. Nalguns Centros de Saúde a resposta ao utente que deseje usar dessa prerrogativa será: Só temos vagas para o médico X. Aproveite! Noutros Centros de Saúde dir-lhe-ão: Não podemos aceitar a sua inscrição, não temos vagas para nenhum médico.

Como é que está então garantido o princípio da livre escolha do médico pelo utente? Quanto à questão de dever "privilegiar-se a inscrição familiar (talvez radique aqui a origem do chamado "médico de família") ela também não tem sido conseguida. Por um lado são as limitações e dificuldades atrás apontadas que obstam a que os membros de um mesmo agregado familiar consigam inscrição num único médico. Foi isto por exemplo o que me aconteceu. Por outro lado, e de uma forma que não deixa de ser curiosa, dentro das famílias surgem as posições mais diversas. São alguns maridos que querem ter um médico diferente da mulher. É a mulher que não quer estar no mesmo médico do marido. São os filhos especialmente os jovens adolescentes que não querem ter o mesmo médico dos pais.

Devemos combater tudo isto?

É o princípio da inscrição familiar que está em causa!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para terminar e como corolário lógico de tudo quanto ficou dito, gostaria de citar um parágrafo da intervenção proferida pelo meu colega deputado Brito Azevedo aquando da discussão do programa do V Governo Regional.

"Gostaria simplesmente de reafirmar a minha convicção de que o médico de família como instituição está desacreditado, não corresponde às expectativas criadas, não executa no sistema em que funciona as tarefas de que está incumbido, não responde às solicitações que a procura dos cuidados de saúde impõe, é um elemento multiplicador de actos médicos e de contactos meramente burocráticos, é numa palavra o agente inocente e indefeso de um dispendioso e pouco eficiente sistema de saúde"

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo para prestar ou dar esclarecimentos.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Início esta minha curta intervenção felicitando o Sr. Deputado Fernando Fonte, pelo seu poder de síntese a respeito da reunião que a Comissão de Juventude e Assuntos Sociais manteve em audiência com o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Todos os elementos fornecidos pelo Sr. Secretário foram usados pelo Sr. Deputado, e usou-os bem.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Corrigidos, corrigidos!

**O Orador:** Recordo-me de lhe ter dito que o Sr. Deputado como "Secretário sombra" da Saúde e Segurança Social, estava a portar-se devidamente.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Estamos todos à luz.

**O Orador:** Eu só quero fazer alguns comentários. E o primeiro prende-se com as participações, com as consultas.

A questão de se conseguir consultas - como o Sr. Secretário referiu - é o problema maior.

O Governo anda a tentar implementar nos centros de saúde, aquilo a que chamou as "equipas mistas", que são constituídas por um médico, um enfermeiro e um funcionário administrativo. Isto vem aliviar o médico daquela carga burocrática, pois a maioria das pessoas que procura o médico, fá-lo fundamentalmente, para a emissão de recitas ou são doentes crónicos, ou então é para a emissão de "baixas". Muitas dessas tarefas poderão ser desempenhadas por outros agentes ou técnicos de saúde e assim, tirará um peso significativo ao médico.

Pensamos que em relação às participações - estamos todos de acordo - reflecte-se mais uma vez as dificuldades financeiras que se atravessa, porque todos nós queremos melhor saúde e melhor educação, mas a maioria ou quase toda a gente não quer pagar impostos e foge deles.

As únicas receitas que o Estado tem, advêm da contribuição da população. E se não queremos pagar impostos, se fugimos a eles, não será possível termos melhor saúde e melhor educação.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Manito.

**Deputado Álvaro Manito (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só queria esclarecer uma situação, ou seja, ao médico de família cabe, segundo o que está estipulado na lei, uma população de cerca de 1500 utentes, designada em lista. E privilegia-se, de facto, a escolha do médico e a inscrição familiar.

De qualquer forma não se pode obrigar os utentes numa mesma família a inscreverem-se em determinado médico. Privilegia-se, sim, a inscrição familiar, porque talvez é mais fácil para o médico o tratamento da família, o que permite conhecer todos os problemas comuns à mesma.

Portanto, o Sr. Deputado inscreveu-se provavelmente num determinado médico, a sua família inscreveu-se noutra médico.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Porque não conseguíamos ir para o mesmo médico.

**O Orador:** Há aqui um outro problema que se põe. É que se um médico de família já tem a sua lista completa, certamente se houver outros médicos mais disponíveis, poderão prestar um melhor atendimento aos utentes excedentes. Portanto, não vamos sobrecarregar um médico de família que já tem a sua lista cheia, em virtude de haver outros colegas que terão uma disponibilidade maior para esses utentes.

Também penso que nos centros de saúde, onde a população é maior e onde há falta de médicos, de alguma forma e como medida transitória, o Governo irá conseguir colmatar, embora não resolva definitivamente, as deficiências com o aumento da inscrição que agora estará previsto.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Amaral.

**Deputado Manuel Amaral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A evolução da nossa agro-pecuária está dependente de vários factores, sendo de realçar o grande esforço que tem sido feito pelo Governo na formação dos nossos

agricultores, formação esta que, de alguma forma, tem beneficiado a classe tanto em termos técnicos como sócio-profissionais.

Como é do conhecimento geral, a agro-pecuária é uma das principais fontes de riqueza da nossa Região, quer pela sua importância económica, quer pelo papel maioritário que as indústrias ligadas ao sector desempenham no todo regional.

São muitas as explorações agrícolas a tempo parcial cuja existência em muito podem beneficiar a conservação do nosso património.

Em tudo isto é necessária uma política bem definida de modernização, política esta que tem vindo a ser imprimida e incentivada pelo Governo e não menos aproveitada pelos agricultores.

Para que esta evolução se concretize e dê bons frutos é necessário investir mais e melhor em tudo o que diga respeito a caminhos de penetração, abastecimento de água e electricidade às nossas explorações agrícolas. Não basta para isso elaborar um projecto e mandar executá-lo sem ouvir as partes interessadas ou no mínimo sem lhes dar a devida importância.

Uma das preocupações da Lavoura Terceirense prende-se com a falta de água. Esperamos e estamos confiantes de que o Governo tudo fará para que, este Verão, não tenhamos os mesmos problemas do Estio Passado.

A nossa agro-pecuária não pode, não deve, nem quer andar sempre de mão estendida esperando este e aquele subsídio. Mas, para que tal aconteça é necessário que se criem as estruturas mínimas de apoio ao sector, tais como a modernização dos nossos matadouros dando-lhes condições de trabalho e higiene, para poderem competir de igual para igual com os nossos parceiros comunitários, rotulando os nossos produtos com a imagem de Região não poluída como são os Açores. Imagem esta, de que nos devemos orgulhar e tentar preservar a todo o custo, não deixando que os nossos produtos sejam confundidos com outros que nada têm a ver com a nossa Região. Compete não só ao Governo como à iniciativa privada através de mecanismos próprios a sua rigorosa fiscalização.

Os Açores têm de ser divulgados por todos os que se orgulham de ser Açorianos, não permitindo de forma alguma que, por motivos políticos, se venha para a

Comunicação Social dar uma imagem de descrédito, dos nossos produtos sem primeiro se ter alertado quem de direito.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes para prestar esclarecimentos. O Sr. Deputado dispõe de 2 minutos.

**Deputado Fernando Lopes (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Na intervenção que acabámos de ouvir, um dos pontos introdutórios é o de realçar os esforço feito pelo Governo, na formação profissional.

Eu queria prestar um esclarecimento, no sentido de referir que num estudo realizado durante o IV Governo Regional, pelo próprio departamento, se chega à conclusão de que os lavradores desta Região não reconhecem a utilidade da maioria do esforço de formação profissional empreendido por este Governo.

É um estudo que está nas gavetas, provavelmente da Secretaria em questão, mas que eu penso que o Sr. Deputado do PSD deveria ler, para que se tire as devidas conclusões da eficácia e dos resultados efectivamente produzidos até ao momento.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

**Deputado António Silveira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É evidente que em termos de formação profissional - até porque todos sabemos que na nossa Região muitos dos nossos agricultores já têm uma idade avançada - há sempre dificuldade em implementar alguns cursos.

Eu perguntar-lhe-ia se na sua opinião, é ou não benéfico que se faça um curso de formação profissional, pese embora algumas situações em que alguns agricultores não se sentem - pela sua idade, pois os jovens têm aderido bastante - à vontade, e por isso eu pergunto se será ou não de continuar a fazer-se os cursos de formação profissional para os agricultores nesta Região?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins para pedir um esclarecimento. O Sr. Deputado dispõe ainda de um minuto e alguns segundos.

**Deputado Manuel António Martins (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação à última intervenção que ouvimos, eu só queria referir que talvez o Secretário do vosso Governo cá se encontre para dar as respostas.

**Deputado Manuel Arruda (PSD):** Não é vosso Governo. É o **nosso** Governo!

**O Orador: Do nosso Governo.**

Gostaria também de registar um facto que percebi através da intervenção do Sr. Deputado do PSD, ou seja, de que há necessidade de investir, há necessidade de criar infraestruturas.

Eu penso que temos que aguardar, ansiosamente, pela apresentação do Plano anual e a médio prazo, para ouvirmos se realmente o **nosso** Secretário irá dispor de meios suficientes, para realizar aquilo que os nossos agricultores desejam.

A impressão que eu fico é que quem governou esta Região, não parece a mesma pessoa do mesmo Governo.

É que há algumas intervenções da vossa bancada, proferidas ali naquela tribuna, que são feitas com um espírito de tal maneira crítico, mostrando certas realidades nuas e cruas, e olham para esta bancada, como se nós fossemos os culpados.

Esta Região tem sido governada, desde o princípio até agora, pelo mesmo piloto, à mesma velocidade e a responsabilidade total é vossa.

Eu penso que deve haver um certo cuidado com as vossas intervenções, porque nesta parte, a nossa responsabilidade é nula!

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que terminasse, pois o seu tempo esgotou-se.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Amaral também para prestar esclarecimentos.

**Deputado Manuel Amaral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era só para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Manuel António Martins e para dizer que nós não viemos aqui só para eleger o Governo.

Se há problemas, temos que os trazer aqui. Não os vamos pôr lá fora. Temos que pô-los aqui.

Se há coisas que estão mal feitas, é aqui que temos que pô-las a descoberto. Não vamos estar a encobrir.

Certamente que os Senhores queriam que nós viéssemos pôr o Governo "em baixo". Não o vamos fazer, mas vamos levantar os problemas que achamos que devem ser levantados aqui.

Quanto ao que disse o Sr. Deputado Fernando Lopes, talvez o Sr. Deputado queria que estivéssemos aqui como estão na América, ou seja, que tivéssemos tudo de primeira. Não temos, efectivamente, mas se for por exemplo à Ilha Terceira, que é a realidade à qual eu estou mais ligado, já temos muita coisa que diz respeito à lavoura, muitos benefícios, há muita coisa que foi feita. Muito se poderá fazer ainda - estamos todos de acordo - mas muito já foi feito.

Só esperamos que se continue a fazer.

Muito obrigado.

**Presidente:** O Sr. Deputado António Almeida pede a palavra com que finalidade?

**Deputado António Almeida (PSD):** Para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente.

**Presidente:** Eu vou dar-lhe a palavra para prestar esclarecimentos, mas gostaria que tivesse em atenção que da parte do Partido Socialista o tempo de intervenção está esgotado e, portanto, não poderão responder.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Não sabem gerir o tempo deles e querem gerir a Região Autónoma!

**Deputado António Almeida (PSD):** Serei rápido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação à questão da formação profissional, é bom lembrar que mais de 50% dos nossos agricultores, têm mais de 50 anos.

Portanto, é óbvio que a formação profissional é potenciada para os jovens agricultores.

Felizmente, pelos contactos que venho mantendo com as associações de jovens agricultores, apenas existe ou poderá existir uma incompatibilidade, ou seja, a maior ou menor facilidade de promoção de cursos de formação profissional, em horários compatíveis com os dos agricultores.

O que é que acontece?

Até à data, todos os departamentos da SRAP que se responsabilizam pelas acções de formação profissional, têm promovido os cursos de acordo com as solicitações dos agricultores e, particularmente, dos jovens agricultores.

É bom também referir que todos os projectos de investimento, feitos aos abrigo da legislação comunitária, têm a obrigatoriedade da frequência dum curso de empresários agrícolas. E que até à data, não há nenhum incumprimento nessa matéria. Ou seja, a formação profissional feita para dar satisfação a essas necessidades, tem sido cumprida.

**Presidente:** Srs. Deputados, chegámos ao termo deste período de intervenções. Vamos dar por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia.

Vamos fazer um intervalo de 30 minutos, durante o qual eu agradecia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares, ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e ao Sr. Deputado Paulo Valadão que nos reuníssemos por volta das 6, 20 h, 6, 25 h, na Sala da Mesa para acertarmos os nossos trabalhos para amanhã.

*(Eram 18,05 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares, para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

*(Eram 18,55 horas)*

Conforme o combinado, vamos começar pelo primeiro ponto da Ordem do Dia que é a Evocação e Homenagem de Natália Correia, recentemente falecida.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O recente e inesperado falecimento de Natália Correia cria no panorama cultural português um enorme e profundo vazio.

Natália Correia deixou uma vasta obra literária, onde avulta a poesia, nomeadamente, "Rio de Nuvens", "Cântico do País Emerso", "Mátria", "Poemas a

Rebater", "Sonetos Românticos" e "A Pécora". São também da sua autoria os romances "Anoiteceu no Bairro", "A Madona", "A Ilha de Circe" e "Onde está o Menino Jesus", assinando ainda a "Antologia de Poesia Erótica e Satírica" e uma muito vasta produção ensaística e de crítica literária dispersa por numerosos jornais e outras publicações. Toda esta vasta obra literária que fica a marcar presença e a intervir no processo cultural do nosso País, define Natália Correia, como uma figura singular mas grande da Literatura Portuguesa.

Opositora do fascismo, Natália Correia foi uma interventora política constante, firme no que em cada momento considerou ser o combate coerente com as suas ideias, mas em que sempre esteve totalmente presente a defesa da liberdade, da dignidade e da cultura.

A intervenção cívica e política de Natália Correia é também muito marcada por uma constante defesa dos interesses e aspirações das mulheres, cujos direitos defendeu com grande desassombro e empenhamento.

Natália Correia, nos seus últimos meses de vida, desenvolveu intensa actividade como dirigente da Frente Nacional para a Defesa da Cultura, empenhando-se a fundo no combate à política cultural descaracterizadora e alienante promovida pela SEC.

Esta personalidade ímpar, que se assumia politicamente como socialista libertária, que se envolvia totalmente nas lutas e combates que considerava necessários e justos, que trouxe à política a marca da cultura e que lutou intensamente para que não houvesse políticas que desvalorizassem a cultura, nunca esqueceu e nunca deixou de ter na primeira linha das suas actividades, preocupações e sentido de intervenção, os problemas próprios da sua terra de origem - os Açores.

É assim que ao longo dos últimos anos todos pudemos ver com muita frequência Natália Correia a animar e a participar, em várias ilhas no debate cultural e de ideias que se acentuou na nossa Região especialmente no último decénio.

Foi também marcante a prestação de Natália Correia em vários importantes debates sobre o conceito de Autonomia, salientando sempre que a Autonomia Regional tem uma dimensão cultural que a afirma como factor de reforço da Unidade da Nação Portuguesa a que todos pertencemos.

A presença de Natália Correia integrada na comitiva de Sua Excelência o Presidente da República na Presidência aberta de 1989, Presidência Aberta essa que foi um momento de clarificação de conceitos, constituiu a sólida demonstração que essa grande açoriana estava envolvida, com total independência intelectual, mas também com grande empenhamento pessoal nesse projecto de dimensão nacional que é a Autonomia Constitucional.

O desaparecimento de Natália Correia constitui uma enorme perda para Portugal no seu conjunto e para os Açores em especial.

É com profundo pesar, que a Representação Parlamentar do PCP, se associa a esta homenagem justíssima motivada pelo seu desaparecimento, mas será com grande empenho que procuraremos no futuro contribuir para a perpetuação, nesta Região, da sua memória, da sua obra e do seu exemplo de lutadora e criadora incansável.

Disse

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores presta merecida homenagem a Natália Correia, Açoriana de renome no domínio das letras cuja activa participação na Assembleia da República lhe deu significativa notoriedade.

Apesar da sua personalidade controversa e comportamento exótico, a frontalidade que a caracterizava e a paixão com que defendia as suas convicções grangeou o reconhecimento geral e a natural estima de quantos com ela mais privaram.

O seu súbito e inesperado desaparecimento suscitou a mais sentida consternação nacional, bem patente nas manifestações de pesar que se fizeram ouvir das mais diversificadas proveniências com destaque para o mundo da cultura Portuguesa e para a classe política.

O País ficou mais pobre.

Os Açores perderam mais um vulto que se distinguiu na cena nacional, sem esquecer a terra que a viu nascer e a moldou.

A sua obra e o seu pensamento projectar-se-ão. A Representação Parlamentar do CDS/Partido Popular presta-lhe sentida homenagem.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

**Deputado Martins Goulart (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Natália Correia foi uma Mulher de liberdade ousada. Se, dizendo-o dela se pode falar em coragem, não se trata da coragem fácil de quem só se tenha aberto à liberdade da palavra e da acção quando o País fora libertado já dos fantasmas que lha proibiam. Natália Correia foi sempre uma pessoa livre, no pleno exercício interior da Liberdade por que lutou para que esta fosse total, desde a raiz do pensamento à manifestação das ideias.

Não se pode querê-la amarrada às recordações de um berço, à obediência cega da Pátria, às normas de uma qualquer escola literária. Porque Natália Correia teve em si a dimensão da universalidade, com a força imensa de todos os génios que constroem o que é novo porque são, eles mesmos, o resultado da sua própria construção. Natália Correia fez-se à sua medida: una e diversa, exacta e espontânea, livre de todos os compromissos impostos e escrava de todas as palavras assumidas. Lê-se-lho na poesia e na ficção, nos sonetos mais românticos ou no teatro mais surpreendente; percebe-se-lho na emotividade da sua vida social, no fulgor da sua intervenção política, embora possa ter talvez poupado algum sim definitivo que fosse capaz de chocar, um dia, com a razão, ou algum não absoluto que comprometesse a sua liberdade à razão de obedecer.

Se nenhum poeta se perde, de Natália Correia se poderá dizer que ela muito menos que muitos outros. Perdeu-se foi tudo o que ainda era possível à sua inteligência superior, ao seu talento genial, àquele seu vulcão de emoções.

Por isso, a nossa profunda manifestação de pesar, porque o mais é o orgulho dessa imensa Mulher Universal ter nascido portuguesa e açoriana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No passado dia 17 de Março, a Assembleia da República aprovou por unanimidade, um voto de pesar em memória daquela que foi um dos maiores vultos da cultura portuguesa contemporânea.

Ao associar-se a esse voto em representação do PS, Manuel Alegre dedicou a Natália Correia uma elegia sublime que, com a autorização do autor, vamos ler na íntegra para que conste, enriquecendo-o, do registo histórico desta Assembleia, no acto sentido de homenagem que consagramos à nossa comum amiga, em reconhecimento de uma existência ímpar de criação e de combate, de frontalidade e de coragem, na defesa convicta dos mais nobres ideais.

A Natália ficamos a dever os seus talentos e, muito especialmente, a oferta de uma vida inteira devotada ao ideal maior da Liberdade.

Com a devida vénia, passo a citar Manuel Alegre:

*"Ela era a Feiticeira Cotovia, desafiava os homens e os deuses, punha em causa a ordem e a moral estabelecidas, contestava as certezas e os dogmas, combatia todas as inquisições e todas as tiranias. Ela era a que trazia dentro de si todas as utopias e a que sabia que "ser navegador/ não é termos sido é sermos ainda". Para ela a poesia era o pão do espírito e, por isso, podia dizer: "Ó subalimentados do sonho/a poesia é para comer. "Sabia que "as roseiras ao contrário/é que dão rosas". Fiel à raiz, cantou a dimensão "transportuguesa" de Portugal. Senhora da rosa, trazia consigo a lira de D. Diniz e a flor de pinho, essa flor "que onde cai é um país". Inconformista, iconoclasta, era uma mulher livre e libertadora. Pela palavra, pelo gesto, pela exuberância e pelo seu próprio excesso, marcou o nosso tempo e a nossa vida. Só no fim, com "Sonetos Românticos", conseguiu ganhar um prémio. E foi preciso ter escrito um livro que ficará como um dos grandes livros da nossa poesia. Contra ela conspiravam os que pretendem fazer da poesia uma charada para especialistas e aqueles de quem nunca nenhum verso e nenhuma frase serão sabidos de cor. Natália já está no nosso ouvido. Os catorze degraus de cada um*

*dos seus sonetos foram também catorze degraus de uma ascese e de uma despedida. Ela sabia que estava a dizer adeus.*

*"São os fados. Pedir mais vida? Ó sede*

*Enganosa! A vida é que nos pede*

*O dever de morrer iniludível."*

*E por isso escreveu também: "E na morte entrarei de olhos abertos". Creio que sim, creio que, de olhos abertos ela chegou "além do sol, além do Sete-estrela".*

*Entrou de certeza sem "carimbo no passaporte". Porque a sua dimensão já não é a da vida nem a da morte, é a dimensão mágica da poesia. Por isso ficará connosco. Ela própria o disse: "Eu sou romântica. Não falta".*

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Tem a palavra a Sr<sup>a</sup>. Deputada Ana Gomes da Silva.

**Deputada Ana Gomes da Silva (PSD):** Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

" A morte a mim não me mata

Quem mata a morte sou eu"

Nome: Natália de Oliveira Correia

Profissão: Poetisa, ensaísta, romancista e tudo o mais que a pena escrevesse a mando da razão e ao ritmo do coração.

Nos seus versos matou a morte.

Na vida, a morte levou-lhe o corpo, mas não conseguiu matar o lugar único que tem na literatura portuguesa contemporânea, a obra diferente que nos legou, o espírito aberto de crítica e irreverência que será sempre referência forte nas letras portuguesas.

O seu forte sentido de liberdade e a sua coragem desmedida fizeram com que percebesse o mundo de agora e o de sempre, concluindo que "...a nossa dimensão não é a vida. Nem é a morte."

Nos seus versos encontrou a forma de se eternizar.

Com o seu modo de ser e de estar na vida procurou sempre o diferente, o rebelde, o irreverente.

Fez um pacto com o autêntico, um acordo com a coragem, procurando sempre preservar a sagrada liberdade do artista.

Na literatura deixou marcas de novidade, de paixão e de busca contínua de mais e mais experiências.

Na sociedade cumpriu uma missão de cultura na vida do seu país.

Açoriana de berço, a sua obra não é, contudo, marcada pela realidade das ilhas. No entanto descreve-se como " mestiça de onda e de enxofres vulcânicos " e à ilha chama sempre "Mãe".

Os Açores não são mais que um ponto de reencontro, como ela própria afirma "...sinto que estou a reencontrar aquilo que em minha alma ainda anda perdido."

A sua obra não tem por isso uma íntima ligação com as ilhas, mas ela insiste que está "...sempre a chegar a Lisboa e sempre a ficar na ilha", atestando do eterno dilema de ser-se ilhéu longe da ilha.

Aos Açores legou o nosso Hino.

Uma forma de homenagear a terra onde nasceu, uma dádiva que marca o seu povo, um fruto que ficou, apesar da árvore ter morrido.

Partiu, mas deixou a força da sua obra, o dinamismo do seu viver, a coragem do seu sentir.

Aqui, hoje, não vamos dizer Adeus.

Vamos dizer até sempre.

"E vou com as andorinhas. Até quando?"

À vida breve não perguntes..."

Disse.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

O Governo associa-se, muito cordialmente, à justa homenagem que a Assembleia Legislativa hoje presta à nossa concidadã Natália Correia, recente e inesperadamente falecida.

Natália Correia alcançou, pelos seus próprios méritos, um lugar de honra nas letras de língua portuguesa. Como poetisa, como prosadora, como dramaturga, Natália Correia será lembrada nas gerações futuras.

Sem exagero e sem desdouro para ninguém, é justo situá-la na linha dos grandes vultos que os Açores deram à literatura portuguesa, cujos expoentes máximos são, sem dúvida, Antero de Quental e Vitorino Nemésio.

Mas um aspecto não pode ser ignorado na evocação da memória de Natália Correia. E este é a sua intervenção cívica, sempre em defesa da liberdade, também da liberdade, portanto, da autonomia e do desenvolvimento dos Açores.

O seu longo curriculum político de lutadora pela liberdade, foi reconhecido na condecoração que lhe atribuiu o Chefe do Estado com a Ordem da Liberdade.

O seu empenho no combate pelos Açores imortalizou Nemésio num dos poemas da Sapateia Açoriana. Natália é, de facto, uma das duas amigas que o Poeta menciona em "Corsários à Vista", identificando-a como possuindo grandes capacidades exoftálmicas, com o comentário imediato "arregalar os olhos é um privilégio oportuno".

Como todas as grandes figuras, Natália Correia é insusceptível de apropriação por qualquer grupo ou corrente.

O legado literário e cívico de Natália, pertence a todos nós, pertence ao Povo, que tão bem exprimiu na sua escrita.

Em nome do Governo, curvo-me respeitosamente perante a sua memória.

Este momento, porém, não é de luto. Os poetas não morrem!

Muito obrigado.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente da Assembleia Legislativa Regional** (*Madruga da Costa*): Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Não podia deixar a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, de prestar, de forma particularmente assinalada, homenagem à singular figura de mulher e pensadora que foi Natália Correia.

O desaparecimento de Natália Correia deixa mais empobrecidas as letras portuguesas e a vida cultural do nosso país cedo se aperceberá da falta que lhe faz a paixão criadora desta mulher que colocou a sua vida ao serviço dos mais elevados ideais e que se serviu do seu imenso talento para, através duma fecunda actividade artística e literária, que vai da poesia à investigação, passando pelo teatro e pelo ensaio, sempre se colocar na primeira linha da luta pelos valores da liberdade, da democracia e da solidariedade.

A sua vida e obra são um constante fluxo e refluxo de saber ancestral e quase telúrico que vem beber nas fontes das primeiras origens, para o verter decantado e trabalhado na palavra, no espaço mais vasto das fronteiras mais largas, do humanismo universalista que sempre norteou a sua presença na vida.

Natália Correia, Açoriana de nascimento, é bem o exemplo da força identificadora deste pequeno cadinho de cultura, que constituímos nas nossas ilhas e que tantas e de tão variadas maneiras se tem agigantado, definindo em espaços mais amplos um perfil cultural, que é o nosso, que nos fortalece, que é a nossa âncora e nos escora nos embates niveladores de quem não é capaz de entender, que as formas singulares de afirmação cultural enriquecem o todo e lhe dão conteúdo humano, onde todo um povo é capaz de se reencontrar consigo mesmo e com a sua história sem nada enjeitar, sorvendo antes, até à última gota aquilo que a vida tem para oferecer, como é o exemplo que nos deixa Natália Correia.

Homenagear Natália Correia, nesta nossa Assembleia, é antes de mais, reconhecer, sentidamente, a sua luta pela liberdade, a sua intervenção política, que não conheceu amarras, nem conveniências, antes sempre se orientando pelo seu espírito livre, sempre tocado por uma centelha de génio que a transpunha sempre um pouco para além da realidade, colocando-a, tantas vezes, no limiar da fronteira da iluminação

visionária que lhe dava quase uma força divinatória e prescrutadora do futuro que dia a dia construimos.

Em todas as instâncias foi Natália Correia acérrima defensora dos interesses, dos valores e da cultura das nossas ilhas, nunca enjeitando a sua ligação, atrever-me-ia a chamar "matricial", aos Açores.

A sua presença nestas ilhas permanece. Onde quer que se cante o hino dos Açores, aí estão os versos inspirados de Natália Correia, aí estará ela naquilo que mais e melhor a definiu: a sua alma de poeta.

Evocar Natália Correia é de alguma forma assumir a responsabilidade de fazer divulgar a riquíssima obra, transmitindo aos vindouros os valores que a configuram e a corporizam, apontando-a como fonte donde brotam salutar espírito de açorianidade, que é o cerne da afirmação cultural do nosso povo, o mais forte pilar da autonomia democrática que tão orgulhosamente usufruímos.

Homenagear Natália Correia é motivo de orgulho, repito, Natália Correia, Açoriana distinta, sempre assumiu os mais genuínos valores da açorianidade, que longe de a espartilhar, sempre a abriram às mais autênticas formas do humanismo, na assumpção duma mundividência rasgada a todas as formas de cultura.

Natália Correia enriquece os Açores e engrandece Portugal.

Para quem tem fé, a vida não acaba. Tal como o sacerdote que esteve presente na cerimónia fúnebre de Natália Correia, permitam-me que repita:

"Que o Espírito Santo onde dizia acender as asas da sua imaginação, a guie neste último e grande voo."

Natália Correia continua a viver na sua obra e na nossa memória.

Disse.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Srs. Deputados, tendo cumprido este nosso primeiro ponto da ordem de trabalhos, passamos ao ponto seguinte, com a leitura dos relatórios das Comissões Permanentes, elaborados de acordo com o Artigo 119º do nosso Regimento.

Pediria ao Sr. Relator da Comissão de Organização e Legislação o favor de proceder à sua leitura.

**Deputado António Gomes (PS):** Sr. Presidente, Srs.. Deputados:

**Relatório da Comissão Permanente de Organização e Legislação a que se refere o artigo 119.º do Regimento da assembleia Legislativa Regional dos Açores.**

*Ante-Período Legislativo de Março de 1993*

## **CAPÍTULO I**

Introdução

**1 - A Comissão Permanente de Organização e Legislação tem, nesta data a seguinte composição:**

### **a) DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (P.S.D.)**

- Deputada Ana Gomes da Silva
- Deputado António Silveira
- Deputado João Manuel Cunha
- Deputado José Manuel Nunes
- Deputado José Maria Bairos
- Deputado Manuel Amaral
- Deputado Victor Cruz

### **b) DO PARTIDO SOCIALISTA (P.S.)**

- Deputado António Gomes
- Deputado Carlos Mendonça
- Deputado Hélio Pombo
- Deputado Ricardo Barros

- Deputado Rogério Serpa

## **CAPÍTULO II**

### Generalidades

1. Durante o ante-período legislativo de Março, a Comissão reuniu na cidade de Angra do Heroísmo, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, nos dias 1 e 2 de Março e na cidade da Horta, na sede da Assembleia Legislativa Regional, no dia 23 do corrente mês.

2. O Deputado José Manuel Nunes faltou à reunião, no dia 1 por falta de transporte e fez-se substituir no dia 2 pelo Deputado Rui Melo.

## **CAPÍTULO III**

### Eleição da Mesa da Comissão

Ao abrigo do artigo 5º - Secção I do Capítulo II do Regimento desta Comissão, procedeu-se à eleição da respectiva Mesa que ficou com a seguinte constituição:

**Presidente** - *Deputado Carlos Mendonça*

**Relator** - *Deputado António Gomes*

**Secretário** - *Deputado João Manuel Cunha.*

## **CAPÍTULO IV**

Exercício das Competências Previstas no Artigo 56.º do Regimento da Assembleia  
Legislativa Regional dos Açores

1- No âmbito da competência da alínea a), do artigo acima referido, a Comissão elaborou relatório e deu parecer sobre a verificação de poderes do candidato não eleito na lista do Partido Social Democrata pelo círculo eleitoral da Ilha do Faial - Carlos Cruz Medeiros Morais.

2- De acordo com o estipulado na alínea m) do artigo supra citado, a Comissão debruçou-se sobre o pedido de parecer de Sua Excelência o Presidente da A.L.R.A., que se prende com a reapreciação do Decreto Legislativo Regional nº 26/92 "Contenção de Despesas".

3- Ao abrigo das competências previstas na alínea n) do artigo acima mencionado a Comissão analisou e deu parecer sobre:

a) O ofício nº 10/93/A/04 de 93/01/08 da Federação Agrícola dos Açores, que se prende com os representantes da Região Autónoma dos Açores, no Conselho Económico Social.

b) O pedido apresentado pelo Sindicato Nacional do ensino Superior, à cerca da Inconstitucionalidade dos nºs 2 e 5 do artº 6º do Decreto-Lei nº 166/92, de 05/08.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade, no dia 23 de Março de 1993, na sede da Assembleia Legislativa Regional.

**O Relator,** *António Gomes.*

**O Presidente,** *Carlos Mendonça.*

**Presidente:** Pediria ao Sr. Relator da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, o favor de fazer a sua leitura.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

**Relatório da Comissão Permanente de Política Geral e Assuntos Internacionais a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.**

## CAPÍTULO I

### Generalidades

1. A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais reuniu em plenário nos dias 10, 22 e 23 de Março de 1993, na Sede da Assembleia Legislativa Regional, na cidade da Horta, a fim de dar cumprimento à ordem de trabalhos previamente estabelecida.

2. Os deputados António Silveira, Carlos Silva e Jorge Valadão do P.S.D. foram substituídos pelos deputados Rui Melo, Manuela Soares e Gaspar da Rosa, na reunião do dia 10 de Março.

3. O deputado José Humberto Chaves do P.S. foi substituído pelo deputado Martins Goulart, na reunião do dia 10 de Março.

4. Na reunião do dia 10 de Março os deputados Paulo Valadão do P.C.P. e Alvarino Pinheiro do C.D.S./P.P. faltaram justificadamente.

5. O deputado António Silveira do P.S.D., foi substituído, nas reuniões dos dias 22 e 23 de Março, pelo deputado Manuel Brasil.

6. Na reunião dos dias 22 e 23 o deputado Alvarino Pinheiro faltou justificadamente.

7. A Comissão é composta pelos seguintes deputados:

#### **a) DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)**

- Deputado Artur Martins
- Deputado António Silveira
- Deputado Carlos Silva
- Deputado Jorge Cabral
- Deputado Jorge Valadão
- Deputado José Maria Bairos
- Deputado José Ramos Aguiar

#### **b) DO PARTIDO SOCIALISTA (P.S.)**

- Deputado Carlos César

- Deputado Fernando Menezes
- Deputado José Humberto Chaves
- Deputado Rui Pedro Ávila

**c) DO CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PARTIDO POPULAR (C.D.S. - P.P.)**

- Deputado Alvarino Pinheiro

**d) DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (P.C.P.)**

- Deputado Paulo Valadão.

## **CAPÍTULO II**

### **Trabalhos Realizados**

1. A Comissão, na sua reunião plenária do dia 10 de Março, procedeu à eleição da Mesa, a qual ficou assim constituída:

**Presidente** - *Deputado Jorge Manuel Valadão dos Santos do P.S.D.*

**Relator** - *Deputado José Maria Bairos do P.S.D.*

**Secretário** - *Deputado Rui Pedro Ávila do P.S.*

2. A Comissão analisou o pedido de reapreciação do Decreto Legislativo Regional nº 26/92 - "Contenção de Despesas", que foi enviado pelo Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, no seguimento da recomendação da Comissão de Organização e Legislação e com vista ao cumprimento do disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 56º da Constituição da República Portuguesa, tendo em conta o Acórdão do Tribunal Constitucional nº 124/93 sobre o diploma em apreço.

3. Neste sentido a Comissão decidiu pedir pareceres ao Conselho Regional de Concertação Social, Autarquias Locais e às seguintes Organizações Sindicais

- SINTAP - Açores
- Sindicato dos Professores da Região Açores
- Sindicato Democrático dos Professores
- Sindicato da Agricultura, Administração e Florestas

- Sindicato da Função Pública, Sul e ilhas
- Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local
- U.G.T.
- C.G.T.P. - Intersindical
- Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores
- Assembleias Municipais
- Câmaras Municipais

4. A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais reuniu na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na cidade da Horta, com a Comissão Parlamentar de Defesa Nacional da Assembleia da República, que se deslocou à Região Autónoma dos Açores, no âmbito das suas competências.

A reunião pautou-se por uma troca de impressões sobre os tratados internacionais, reestruturação das forças armadas e colaboração das mesmas em situações de catástrofe.

5. No dia 22 de Março a Comissão reuniu para dar parecer sobre o Decreto Legislativo Regional nº 26/92 - "Contenção de Despesas".

### **CAPÍTULO III**

#### Trabalhos Pendentes

A Comissão tem pendente a apreciação do Decreto Legislativo Regional nº 18/92 - Revogação do Decreto Legislativo Regional nº 27/92/A "Audição da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores", o qual aguarda parecer e informações adicionais do Presidente do Conselho de Administração da A.M.R.A.A.

### **CAPÍTULO IV**

#### Programação de Trabalhos

Foi programada uma deslocação à Ilha das Flores, no dia 5 de Abril p.f., com a seguinte ordem de trabalhos:

- a) Audição da Comissão de Trabalhadores da Estação Francesa de Medidas;
- b) Reunião com as Câmaras Municipais das Lajes e Santa Cruz;
- c) Emissão de parecer sobre diploma pendente na Comissão;
- d) Discussão e aprovação do Regimento da Comissão.

Horta, 23 de Março de 1993.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**O Relator**, *José Maria Bairos*.

**O Presidente**, *Jorge Valadão*.

**Presidente:** Pediria ao Sr. Relator da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais o favor de proceder à sua leitura.

**Deputada Fátima Oliveira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados.

**Relatório da Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais, nos termos do artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.**

*Ante-Período Legislativo de Março de 1993*

## **CAPÍTULO I**

### Introdução

**1.** A Comissão é constituída pelos seguintes Deputados:

**a) PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)**

- Rui Carvalho e Melo - Presidente

- Fátima Oliveira - Relatora

- Ana Gomes da Silva
- Manuela Soares
- Rosa Machado
- Mark Marques
- José Gonçalo Botelho

#### **b) PARTIDO SOCIALISTA (PS)**

- Nélia Figueiredo - Secretária
- Francisco Sousa
- Fernando Fonte
- Ricardo Barros
- António Silva Melo

#### **c) PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)**

- Paulo Valadão

2. A Comissão reuniu em plenário de 1 a 3 e a 16 e 17 de Março p. p., na Delegação da Assembleia Legislativa Regional, em Angra do Heroísmo.

3. Na reunião de 1 e 2 de Março, p.p., a Deputada Rosa Machado foi substituída pelo Deputado José Gomes, a Deputada Manuela Soares foi substituída pelo Deputado Manuel Amaral.

4. Na reunião dos dias 16 e 17, os Deputados José Fernando Gomes e António Silveira substituíram respectivamente as Deputadas Ana Gomes Silva e Manuela Soares. O Deputado Duarte Pires substituiu o Deputado Silva Melo.

## **CAPÍTULO II**

### **Trabalhos Realizados**

1. A Comissão elegeu a sua Mesa, por unanimidade, ficando assim constituída:

**Presidente** - *Rui Carvalho e Melo (PSD)*

**Relatora** - *Fátima Oliveira (PSD)*

**Secretária** - *Nélia Figueiredo (PS)*.

2. A Comissão apreciou e deu parecer sobre as seguintes propostas:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 1/93 - "Remuneração dos Docentes que recebem Pensão Provisória de Aposentação".

- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 3/93 - "Acréscimo de Número de Utentes a cada Médico de Clínica Geral".

3. Foram enviados ofícios ao Presidente do Governo, ao Secretário Regional da Juventude, Comércio, Emprego, Indústria e Energia; ao Secretário Regional da Educação e Cultura; ao Secretário Regional da Saúde e Segurança Social; ao Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações e ao Subsecretário Regional da Comunicação Social, comunicando a instalação e constituição da Comissão, oferecendo e solicitando a melhor cooperação para o bom desempenho das funções cometidas a este órgão parlamentar.

Foram ainda enviadas comunicações a todas as Assembleias Municipais e a todas as Câmaras Municipais, transmitindo a total disponibilidade da Comissão e solicitando colaboração em tudo o que seja de interesse público mútuo.

4. Nos termos do n.º 1 do artigo 122.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores a Comissão elaborou o seu regimento, o qual vai anexo a este relatório.

### **CAPÍTULO III**

#### **Trabalhos Pendentes**

Não se encontram pendentes quaisquer projectos ou propostas.

### **CAPÍTULO IV**

#### **Programação**

A Comissão de Trabalho, Segurança Social e Família da Assembleia da República manifestou a intenção de visitar a Região no próximo mês de Abril, solicitando a

esta Comissão, a elaboração de um projecto de visitas e contactos. Esta Comissão deliberou sugerir a semana de 26 a 30 de Abril para a realização desta visita.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Angra do Heroísmo, 17 de Março de 1993.

**A Relatora, Fátima Oliveira.**

**O Presidente, Rui Carvalho e Melo.**

**Presidente:** Pediria ao Sr. Relator da Comissão de Economia, Finanças e Plano para proceder à leitura do seu relatório.

Antes, porém, o Sr. Deputado Fernando Fonte pede a palavra para?

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Sr. Presidente, era para pedir ao Presidente da Comissão que providenciasse no sentido de ser acrescentado à lista dos deputados que compõem o Partido Socialista, logo no capítulo primeiro, o nome do Deputado Silva Melo que, por lapso, não consta aqui. E para que conste dos documentos oficiais da Assembleia.

**Presidente:** A Sr<sup>a</sup>. Deputada Fátima Oliveira pede a palavra para?

**Deputada Fátima Oliveira (PSD):** Sr. Presidente, eu quero apresentar as minhas desculpas ao Partido Socialista por esta falha, no entanto hoje mesmo já tinha dado por ela e tinha pedido aos serviços de apoio que a rectificassem. De maneira que enviaram-me um novo relatório e eu não conferi na altura, daí o lapso, pelo que peço desculpa.

**Presidente:** Sr. Deputado Fernando Fonte, os serviços da Assembleia hão-de providenciar para que se substitua esta folha.

Pedia ao Sr. Relator da Comissão de Economia, Finanças e Plano o favor de proceder à leitura do relatório.

**Deputado José Fernando Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

**Relatório das Comissão Permanente de Economia, Finanças e Plano a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.**

## **CAPÍTULO I**

### Introdução

A Comissão de Economia, Finanças e Plano reuniu na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Ponta Delgada, no dia 16 de Março de 1993, a fim de eleger a Mesa da Comissão, bem como elaborar o relatório a que se refere o artigo 119.º do Regimento, relativo ao ante-período legislativo de Março de 1993, da V Legislatura.

A Comissão é constituída pelos seguintes deputados:

#### **Partido Social Democrata (PSD)**

- Victor Evaristo - **Presidente**
- José Fernando Gomes - **Relator**
- António Almeida
- Gaspar da Rosa
- Humberto Melo
- Manuel Arruda
- Manuel Brasil

#### **Partido Socialista (PS)**

- Francisco Oliveira - **Secretário**
- Dionísio Sousa
- Fernando Lopes
- Manuel António
- Manuel Serpa
- Mário Machado

## **CAPÍTULO II**

## Generalidades

A Comissão reuniu no dia 16 de Março de 1993. Nessa reunião o deputado José Fernando Gomes foi substituído pelo deputado Artur Martins, ambos do PSD, o deputado Dionísio Sousa foi substituído pelo deputado Carlos César, ambos do PS, e o deputado Fernando Lopes do PS, faltou justificadamente.

## CAPÍTULO III

### Trabalhos Pendentes

Nesta data, a Comissão aguarda o parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta da Região do ano de 1991.

Ponta Delgada, 16 de Março de 1993.

O Relatório foi aprovado por unanimidade.

**O Relator,** *José Fernando Gomes.*

**O Presidente,** *Victor Evaristo.*

**Presidente:** Só por uma questão de informação, os serviços da Assembleia já fizeram distribuir uma nova versão do relatório em que inclui todos os nomes dos deputados do Partido Socialista que integram a Comissão de Juventude e Assuntos Sociais e já fica recolhido para o Diário.

Srs. Deputados, passamos agora, conforme ficou acertado na conferência, ao ponto nº5 da nossa ordem de trabalhos que se refere à discussão do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional relativo à "suspensão da aplicabilidade do Artigo 2º do Decreto Legislativo Regional nº 29/92/A, de 23 de Dezembro - Novo Regime da Hora Legal".

Vamos abrir a discussão sobre este ponto, sendo certo que o que está em discussão, é apenas a urgência.

Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

**Deputado Martins Goulart (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção para justificar o Pedido de Urgência, quanto a uma matéria que, pela sua controvérsia e complexidade, suscitou por parte desta Assembleia, a constituição de uma comissão especial para habilitar o Plenário do Parlamento Açoriano, quanto a uma decisão que virá a tomar, relativamente ao Novo Regime da Hora Legal e que nós queremos respeitar e que deve ser levada até ao fim. Todavia, no próximo domingo, "à luz ou às escuras" do novo sistema da Hora Legal, haverá mais uma mudança de hora. Uma mudança de hora que provocará o agravamento da situação que já foi vivida por cada um de nós e que, por causa disso, suscitou também, reclamações diversas em diversos estratos da comunidade açoriana.

É para evitar que essa mudança de hora tenha lugar, e só nesse aspecto particular da legislação em vigor, é que nós pedimos urgência, para que o Regime da Hora Legal seja alterado, sem prejuízo do trabalho em curso da Comissão que, obviamente, tem um âmbito mais vasto de tomar uma posição definitiva sobre todo o processo legal da Hora.

Portanto, esta justificação era necessária, para que a Câmara entendesse que na nossa posição não há nenhuma contradição, relativamente à nossa participação na comissão especializada que está a trabalhar e que o PS continua com os seus membros a integrar essa mesma comissão.

Para dar uma nota final da justificação que fazemos perante o problema da Hora Legal, bastará lembrar aos Srs. Deputados que no pico do mês de Junho, poderemos ter, de facto, "o Sol da meia noite".

E gostaria de evitar que algum turista, porque os Açores têm que se desenvolver também nesse domínio, ao desembarcar numa hora tardia na Região, e ao ser-lhe perguntado a hora, não acreditasse no que ouvisse ou então pensasse que estava a desembarcar num arquipélago da Suécia. Efectivamente, não queremos que se corra esse risco e para além da ironia, gostaria de dizer que esperando que haja vontade política, apesar do curtíssimo prazo que temos pela frente até ao próximo domingo,

poderemos todos juntos, se quisermos, fazer com que a mudança de hora seja evitada.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós pensamos que esta matéria da Hora Legal e o futuro adiamento dos relógios em mais 60 minutos, merecem com muita urgência um posicionamento desta Assembleia.

Todos nós temos consciência dos problemas causados pela mudança da hora durante o inverno.

Estou convencido que todos nós, neste momento, temos consciência dos graves problemas que iriam causar, muito brevemente, este novo adiamento dos relógios.

É no sentido de darmos o nosso contributo para que não continuem a existir nesta Região situações e inconvenientes gravíssimos para a nossa vivência colectiva, que vamos dar o nosso voto favorável a este Pedido de Urgência do Partido Socialista.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Arruda.

**Deputado Manuel Arruda (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Social Democrata compreende a complexidade e a controvérsia que a questão da Hora nos Açores tem vindo a suscitar nas populações. Por esse motivo, juntamente com o Partido Socialista, possibilitou a constituição duma comissão que aprofundasse toda esta problemática, de modo a que pudéssemos ter um conhecimento mais aprofundado de todas as questões que envolvem a Hora Legal nos Açores.

Por este motivo, o Partido Social Democrata irá votar favoravelmente o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

**Deputada Fátima Oliveira (PSD):** E esta Paulo?!

**Presidente:** Não havendo mais intervenções vamos votar.

Eu pedia à Sr.<sup>a</sup> Secretária do Grupo Parlamentar do Partido Socialista o favor de sair das bancadas, para se proceder à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao ponto nº6 da nossa ordem de trabalhos que se refere a um Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão sobre a "Proposta de Resolução relativa à Expropriação de Terrenos Arrendados à Base das Lajes".

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Porque já tem sido lembrado pelo Sr. Presidente da Assembleia, estamos apenas a discutir o carácter da urgência e da dispensa de exame em comissão, daí que julgo que toda a Câmara compreende a urgência do processo que está aqui em apreciação, na medida em que se trata duma questão candente, da qual esta Casa já tem conhecimento de aspectos processuais que estão em curso e que justificam plenamente a urgência do Parlamento se pronunciar sobre a matéria.

Quanto à dispensa de exame em comissão, também nos parece obviamente lógica, na medida em que é assunto sobre o qual esta Câmara se tem vindo a pronunciar, oportunamente, pelo que optámos por requerer à Assembleia a dispensa do exame em comissão e a respectiva urgência.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros para uma intervenção.

**Deputado Ricardo Barros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quando na primeira metade da década de 40, se começou a construir a Base das Lajes, os então proprietários dos terrenos que acabaram por ser compulsivamente arrendados, sofreram o primeiro revés num processo que se havia de prolongar por já quase cinco longas décadas.

Na altura, longe de se pensar na criação de centenas de postos de trabalho, o que estava em causa era a alienação compulsiva, embora sob a forma de arrendamento, de preciosas parcelas de terrenos que eram considerados, pela sua produtividade e tipo de cultura, como o "celeiro da ilha".

Manda a verdade dizer que, para além da privação dos terrenos, o que só por si obrigou a alterações profundas dos métodos de trabalho e fontes de rendimento de

muitas famílias, parte dos proprietários foram obrigados a trabalhar na construção das infraestruturas da base auferindo remunerações de miséria e em condições de quase escravidão. O sentimento de revolta cedo se instalou e como resposta às suas justas reivindicações, dezenas de honrados chefes de família foram presos e ameaçados de deportação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A história do arrendamento compulsivo dos terrenos da Base das Lajes está recheada de episódios pouco abonatórios para o Estado, como se pode constatar pelo relato sucinto que acabei de fazer. Estado que sempre foi mau rendeiro e por isso o interesse dos senhorios em alienarem por preço justo, os terrenos que sabem jamais poderem dispor.

Conheço as tentativas feitas ao longo dos últimos anos para que o Estado assumisse a sua responsabilidade neste processo, porque eu próprio fiz algumas diligências junto do então Ministro da Defesa Nacional, Eng.º. Eurico de Melo, que me afirmou ser solidário com as justas aspirações dos proprietários, mas que face aos cortes orçamentais, não podia dar provimento à vontade manifestada pelos mesmos.

Sei que, **perante a passividade de muitos que só agora levantam a sua voz na defesa dos proprietários**, os Srs. Deputados Carlos César, Rui Pedro Ávila, Paulo Casaca e Martins Goulart, prosseguiram e aprofundaram essas diligências.

Sei que, **perante uma proposta concreta que consistia em inscrever no Orçamento de Estado uma verba específica para a aquisição dos referidos terrenos, os Srs. Deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral dos Açores, não só votaram contra, como ainda produziram afirmações pouco abonatórias para quem tem por missão defender as populações que os elegeram.**

Sei ainda que o Sr. Deputado Cunha de Oliveira levou este problema ao Parlamento Europeu e que o mesmo, pela sua gravidade, transitou para o Tribunal das Comunidades.

Sei, finalmente, que o País e a Região só têm a ganhar com a solução rápida deste contencioso.

Por todas estas razões, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar favoravelmente o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da presente Proposta de Resolução.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós vamos votar favoravelmente a urgência e a dispensa de exame em comissão que nos é proposta pelo CDS, relativamente ao problema dos terrenos arrendados à Base das Lajes. E fazêmo-lo, porque consideramos que apesar desta questão - como já ouvimos há pouco e como inclusivamente temos participado em documentação sobre essa matéria - já se arrastar há longos anos, pensamos ser importante, duma vez por todas, que se leve à prática esta solução.

Por outro lado ainda, dado o conhecimento que todos temos em relação a esta matéria, consideramos absolutamente natural que haja dispensa em comissão.

Além disso, as verbas que estariam contempladas para a resolução deste problema, em relação ao Orçamento de Estado, são absolutamente irrisórias.

É por tudo isto que consideramos urgente e importante que a nossa Assembleia tome uma posição em relação a esta matéria.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD vai aprovar o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução apresentada pela Representação Parlamentar do CDS/PP, pela razão simples de que ela não é mais do que um plágio da preocupação já por mim trazida a esta Câmara na última sessão legislativa.

É fácil plagiar, dispensa imaginação e esforço intelectual.

Através duma diferente figura regimental, aproveitar-se do trabalho de outrém, é revelador não só de algum atrevimento como duma inaceitável desonestidade política.

A Proposta do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, na qualidade de representante do CDS/PP, quer nos seus considerandos quer na sua recomendação, é uma cópia fiel da minha intervenção que - permitam-me - apenas referirei duas ou três passagens:

"É uma situação que além de aberrante, do ponto de vista jurídico, denotando ilegalidade, é também injusta e reveladora dum total desrespeito do Estado pelos direitos legalmente consagrados aos proprietários". Continuo a citar:

"Trata-se, com efeito, dum problema grave intolerável que extravasa, no meu entender, o âmbito político-partidário, sendo uma questão de estado, cuja solução é urgente, sob pena de se pôr em causa a sua honra e dignidade" "É indispensável que se sensibilize e se pressione o Governo da República para se encontrar uma solução urgente para esta situação e no meu entender, não pode este Parlamento nem o Governo Regional alhear-se do mesmo, pela simples razão de que se trata de matéria que ultrapassa os seus poderes estutariamente definidos. E não podem alhear-se, antes devem unir-se e empenhar-se na sua solução, porque desde logo estão em causa os legítimos direitos de muitos açorianos que são abusivamente ofendidos e os respectivos interesses indevidamente lesados. Porque a presente situação constitui, como disse, uma grotesca violação de princípios que caracterizam um estado de direito e, acima de tudo, porque esta situação é desprestigiante para o Estado português de que esta Região faz parte".

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A minha intervenção seguiu para as entidades que têm responsabilidade na matéria, tendo inclusivamente já sido notificada a recepção da mesma, pelo gabinete do Sr. Ministro da Defesa.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro está tão preocupado com os problemas dos proprietários dos terrenos da Base das Lajes, que nem ao trabalho se deu de até às 15 horas de hoje, ter procurado a respectiva associação e mais concretamente, o seu presidente.

*Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para um protesto, se for possível.

Não podia deixar de protestar veementemente pelas palavras irresponsáveis, imponderadas, do Sr. Deputado Jorge Valadão.

O Sr. Deputado ainda andava numa fase inicial da sua formação académica e eu, como representante do povo dos Açores, tinha a honra de trazer a esta Casa, como muitos outros Srs..Deputados, este problema e outros, relacionados com a Base das Lajes e com a posição do Estado, em relação às populações dos Açores e da Ilha Terceira, em particular.

O Sr. Deputado Jorge Valadão, de resto, já tinha dado um pouco, mostras a esta Casa, da sua intolerância, porque verifica que a sua estratégia, essa sim vamos ter ocasião de a desmontar nesta Assembleia, não pegou e vai ser posta em causa, como de resto ainda há pouco, quando confrontado com outro Sr. Deputado da oposição, usava com desprante, o argumento de que os seus pontos de vista são regionais e autonómicos e os pontos de vista do Sr. Deputado da oposição eram bairristas e eram de ilha.

Portanto, essa metodologia que o Sr. Deputado traz a esta Câmara, vai ser aqui desmontada.

Falar em plágio, Sr. Presidente e Srs. Deputados, por parte do Sr. Deputado da bancada do PSD, **24 horas depois do Partido Social Democrata apresentar um documento tão profundo para a vida da Região**, como é a sua iniciativa de revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e nesse documento abandonar a sua proposta em relação ao sistema eleitoral para a Região e lá colocar, isso sim por cópia, **letra por letra, vírgula por vírgula**, plágio absoluto, a proposta que o CDS apresentou a esta Assembleia há três anos atrás, isto é que é **plágio descarado** que ...

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)*

**O Orador:** ... faz arrepiar qualquer mortal!

Portanto, quanto a plágios, nós sabemos o que vem deste lado e vai ficar demonstrado ao povo dos Açores!

Eu confesso que tinha este trunfo para mais tarde, mas tive muito gosto em avançar já ao povo dos Açores com ele.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Termino este protesto muito moderado e muito calmo porque, efectivamente, a intolerância e o nervosismo do Sr. Deputado Jorge Valadão, que começou aqui, não acabou, e veremos, levou-o a cometer uma imprudência.

Muito obrigado.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)*

**O Orador:** Ó Sr. Deputado, eu tenho aqui a carta para lhe dar!

**Presidente:** Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, agradecia que essas trocas de informações fossem feitas noutra ocasião.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão para um contraprotesto.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para defesa da honra.

Eu não posso aceitar de forma alguma que uma intervenção da minha parte, que se limita a relatar um facto, tenha como resposta e em defesa da honra, o contra-ataque e vir ofender outrém, sem ter qualquer razão para isso.

Se existe nervosismo, ele não é da minha parte!

Eu apenas, apesar de ter sido chamada para aqui a velhice e os anos, penso que a razão não assiste em função do número de anos que se está nesta Câmara.

A razão existe, em função dos argumentos apresentados. E penso que embora tenha muito respeito pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, não posso aceitar que venha chamar irresponsável a alguém que apenas relatou um facto e que provou que existia, efectivamente, esse plágio.

*Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pede a palavra para?

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** Para defesa da honra, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Efectivamente, o argumento agora utilizado pelo Sr. Deputado Jorge Valadão, revela aquilo que eu há pouco realmente demonstrei. É que as posições dos deputados nesta Assembleia, não valem pela antiguidade que possam ter nesta Casa, mas certamente valem para advertir os Srs. Deputados nesta V Legislatura, de que a autonomia não começou agora e que, efectivamente, esta Casa tem uma história com muitos protagonistas, alguns dos quais estão também nesta legislatura e que por conseguinte, podem demonstrar que os interesses do povo desta Região e interesses específicos, já são defendidos aqui há muitos anos.

O Sr. Deputado convenceu-se que, por ter feito uma intervenção sobre esta matéria, intervenção essa também baseada em documentos que têm sido fornecidos pela Associação dos Proprietários da Ilha Terceira, documentos esses que eu também tenho dirigido ao meu partido e, portanto, tenho toda a legitimidade para fazer uso desse documento, para os fins que entendo, tal como o Sr. Deputado tem. Com uma única diferença: é que a intenção do Sr. Deputado era vir aqui, usar a tribuna do "muro das lamentações", ficar - como anunciou na imprensa que o ia fazer - com o seu objectivo cumprido, ou seja, o objectivo de querer ser oposição ao próprio PSD! E isto vai ser desmascarado nesta Assembleia!

Os Senhores têm que assumir o seu papel, não podem ser oposição ao PSD na Terceira e vir p'ra aqui dar cobertura ao Governo do PSD!

Portanto, o Senhor vai ser desmascarado e todos aqueles que seguirem essa política, vão ser desmascarados!

*(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro estava utilizando a figura da defesa da honra.

Estas coisas são sempre muito subtis, Srs. Deputados.

Em pouco tempo as pessoas utilizam argumentos, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro utilizou esses que utilizou e não pode a Mesa, previamente, saber o que é que ele vai dizer a seguir. E, portanto, as coisas que estão ditas, estão ditas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão, certamente para defender a sua honra.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não reconheço legitimidade ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para me dar conselhos nem dizer o que é que eu devo fazer!

Eu tenho a postura que entendo ter. E o facto de se ter frontalidade, só demonstra dignidade!

Eu não ando aqui para enganar ninguém, mas também não admito que se ande aqui com máscaras ou com contra-máscaras!

Eu tenho a minha postura, tenho a minha dignidade, tenho a minha posição, tenho as minhas opiniões!

Podem discordar delas, mas exijo que as respeitem!

Muito obrigado.

**Deputado Rui Melo (PSD):** E és trabalhador.

**Presidente:** O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pede a palavra para?

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** Sr. Presidente, é para responder...

**Presidente:** Sr. Deputado, eu gostava que se situasse um pouco esta questão para não parecer que isto é uma situação em que cada palavra que se diz, ofende a honra alheia.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro proferiu algumas afirmações relativamente à intervenção e à postura política do Sr. Deputado Jorge Valadão.

O Sr. Deputado Jorge Valadão, com toda a correcção, claramente abjurou esse tipo de afirmações que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro fez.

Não creio que nesta sua última intervenção, o Sr. Deputado Jorge Valadão tivesse, nem de longe nem de perto, dito alguma coisa que o pudesse magoar.

Não é que eu tenha que interpretar onde é que está ofendida a sua honra. Tenho é que balizar estas coisas dentro do nosso Regimento, porque senão isto não tem fim possível.

Agradecia que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, se se acha magoado, muito brevemente, diga em quê e apresente as suas razões.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria referir que não fui eu que desencadeei ataques pessoais e processos de intenções. Foi efectivamente o Sr. Deputado Jorge Valadão que o fez.

É só nessa medida que eu julgo que estava no direito de réplica e queria dizer que tudo o que o Sr. Deputado acabou de dizer agora, eu também subscrevo. Ele é que não subscreveu, quando desencadeou aquilo que desencadeou.

Portanto, o Sr. Deputado não reconhece o direito de ninguém pôr em causa a sua conduta. Obviamente, ninguém aqui dentro reconhece o direito, que o Sr. Deputado utilizou, de pôr em causa um processo perfeitamente legítimo que foi o processo utilizado pelo CDS/Partido Popular. E com isso, da minha parte, o assunto está arrumado.

*(Apartes inaudíveis da Deputada Fátima Oliveira).*

**Presidente:** Parece que este assunto está resolvido e não havendo mais intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este Pedido de Urgência, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O Pedido de Urgência foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Srs. Deputados, nós já ultrapassámos a nossa hora regimental, portanto temos que encerrar os nossos trabalhos.

Amanhã a nossa ordem de trabalhos será a seguinte:

1º- Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do ponto nº7 da nossa ordem de trabalhos de hoje.

2º - Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre a "Revogação dos Artigos 4º e 5º do Decreto Legislativo Regional nº 19/87/A, de 28 de Novembro, que diz respeito à Zona Franca de Stª. Maria, apresentado pelo Partido Socialista.

3º - Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução, apresentada pelo CDS/PP, e que se refere à "autorização necessária para que o aeroporto internacional das Lajes preste assistência às escalas técnicas de aviação comercial, a quem solicite".

4º - Apreciação do nº3 e do nº4 da nossa ordem de trabalhos de hoje, portanto a Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Remuneração dos Docentes que Recebem Pensão Provisória de Aposentação" e a Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Acréscimo do Número de Utentes a cada Médico de Clínica Geral".

5º - Projecto de Projecto Legislativo Regional sobre a "suspensão da aplicabilidade do nº 2 do DLR nº 29/92, de 23 de Dezembro - Novo Regime da Hora Legal".

6º Proposta de Resolução relativa à "Expropriação dos Terrenos Arrendados à Base das Lajes".

7º - Proposta de Resolução e o Projecto de Decreto Legislativo Regional, se vier a ser aprovada a sua urgência e a sua dispensa de exame em comissão.

8º - Eleição do Vice-Presidente da Mesa da ALRA que está vago.

Eu pediria aos Srs. Deputados presidentes das Comissões que amanhã se reunissem comigo na Sala da Mesa, pelas 11,30 horas.

Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito obrigado e boa noite.

*(Eram 20,10 horas)*

*(Deputado que faltou à Sessão: PS - Mário Machado).*

---

## **DOCUMENTO QUE ENTROU NA SESSÃO**

### **Projecto de Decreto Legislativo Regional**

## **Revogação dos artigos 4.º e 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/87/A, de 28 de Novembro**

1. O Decreto Lei n.º 63/87, de 5 de Fevereiro, criou uma série de incentivos fiscais às empresas cuja instalação viesse a ser autorizada na Zona Franca de Santa Maria.

2. O n.º 1 do Artº 6º desse diploma atribuía ao Governo Regional da Região Autónoma dos Açores competências para a definição dos critérios de prioridade económica ou social a conceder às empresas que pretendessem instalar-se na Zona Franca de Santa Maria.

3. Contudo, o Governo Regional foi muito mais além. Não só procedeu à definição daqueles critérios, através do Decreto Legislativo Regional n.º 19/87/A, de 28 de Novembro, como ainda subverteu a legislação regulamentadora da Zona Franca de Santa Maria, criando sub-zonas noutras Ilhas aonde as empresas se podiam instalar beneficiando ao mesmo tempo dos incentivos fiscais criados pelo Decreto Lei n.º 63/87, exclusivamente para a Zona Franca de Santa Maria.

4. Nestas circunstâncias impõe-se revogar os artigos 4.º e 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/87/A, por contrariarem o disposto no Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 63/87, de 5 de Fevereiro.

Assim, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 229º da Constituição e da alínea a) do n.º 1 do Artigo 32.º do Estatuto Político-Administrativo da Região, o seguinte:

### **Artigo 1.º**

São revogados os artigos 4.º e 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/87/A, de 28 de Novembro.

### **Artigo 2.º**

1. As empresas que beneficiaram de incentivos fiscais ao abrigo daqueles artigos, deverão transferir as suas instalações para a Zona Franca de Santa Maria no prazo de 90 dias.

2. No caso de não cumprirem o disposto no número anterior deixarão de beneficiar dos incentivos e isenções previstos no Decreto Lei n.º 63/87, de 5 de Fevereiro.

Horta, Sala das Sessões, 24 de Março de 1993

**Os Deputados Regionais,** *José Humberto Chaves, Nélia Figueiredo e Martins Goulart.*

---

**A Redactora de 2ª Classe:** *Ana Paula Garcia de Lemos e Nazaré*